



ACADEMIA MILITAR

A IMPORTÂNCIA DOS GUARDAS FLORESTAIS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Diogo Filipe Mineiro Ferreira

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Joaquim Delgado

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019



ACADEMIA MILITAR

A IMPORTÂNCIA DOS GUARDAS FLORESTAIS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Diogo Filipe Mineiro Ferreira

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Joaquim Delgado

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019

DEDICATÓRIA

À minha família.

AGRADECIMENTO

A concretização do presente trabalho só foi possível com a colaboração e através dos contributos de várias pessoas, por esse motivo manifesto publicamente a minha gratidão.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Fontes, pela sua exemplar orientação, pelo seu apoio e toda a dedicação demonstrada desde o princípio. Por todos os ensinamentos enquanto docente e pelas suas qualidades profissionais, que se revelaram essenciais para concluir este trabalho.

Ao meu coorientador, Tenente-Coronel Joaquim Delgado, pela enorme disponibilidade demonstrada desde o primeiro momento e por toda a transmissão de conhecimentos e ensinamentos, sem os quais teria sido certamente mais difícil a conclusão da investigação.

A todos os entrevistados que despenderam do seu tempo para colaborar na investigação e cujos contributos valorizaram em muito o presente trabalho. Ao Tenente-Coronel Jorge Amado, ao Tenente-Coronel Pedro Reis, ao Major Ricardo Vaz Alves, ao Major Fernando Alves, ao Sargento-Ajudante Domingos Vaz, ao Mestre Florestal Principal Elmano Silva, ao Mestre Florestal Principal Carlos Gama, ao Mestre Florestal Vitor Andrade, um sincero obrigado.

Aos meus Pais e irmão, por todo o amor, por fazerem sempre tudo o que está ao seu alcance para garantir que nunca me falte nada e pelos ensinamentos que fizeram de mim a pessoa que sou hoje. Certamente não teria chegado até aqui sem vós.

À minha namorada, pela pessoa maravilhosa que é, por todo o seu apoio, amizade e por estar sempre lá nos bons e nos maus momentos, contribuindo de forma decisiva para que concluísse esta etapa.

Por fim, mas não menos importante, a todos os meus amigos e camaradas do XXIV Curso de Formação de Oficiais por me terem acompanhado ao longo destes anos, e os terem tornado mais fáceis de ultrapassar.

RESUMO

A preservação do meio ambiente e a sustentabilidade dos recursos naturais assume uma importância preponderante na sociedade atual. Neste sentido, e indo ao encontro das preocupações da sociedade, a Guarda Nacional Republicana criou o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente. Em 2006, ocorreu a integração dos Guardas florestais, bem como das suas missões e recursos materiais, no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente.

A presente investigação tem como principal objetivo compreender a importância do pessoal da carreira de guarda-florestal para o cumprimento da missão atribuída ao Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana. De forma sequencial, foram definidos objetivos específicos, sendo estes, compreender a forma como foi feita a integração dos Guardas florestais no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente, identificar as consequências resultantes da integração dos Guardas florestais no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente e analisar as funções desempenhadas pelo pessoal da carreira de guarda-florestal.

A metodologia adotada assenta numa estratégia de investigação dedutiva que permite retirar conclusões através de um raciocínio do geral para o particular. Esta foi materializada através de uma abordagem qualitativa, tendo como principais métodos de recolha de dados a análise documental e as entrevistas, realizadas a oficiais, sargentos e pessoal da carreira de guarda-florestal do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente.

Conclui-se que o trabalho desenvolvido pelos Guardas florestais no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente revela uma elevada importância ao nível da fiscalização do cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, e investigação dos respetivos ilícitos, assumindo especial relevância na Defesa da Floresta Contra Incêndios. Sendo que a integração dos Guardas florestais no Serviço de Proteção da natureza e ambiente funcionou como uma enorme potenciação de sinergias.

Palavras-Chave: Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente, Guardas florestais, Guarda Nacional Republicana

ABSTRACT

The preservation of the environment and the sustainability of natural resources has assumed a preponderant importance in today's society. In this sense, and meeting the concerns of society, the Guarda Nacional Republicana created Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente. In 2006, the forest guards were integrated, alongside with their missions and material resources in Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente.

Therefore, the main objective of this research is to understand the importance of forest guards in fulfilling the mission assigned to Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente of the Guarda Nacional Republicana. Specific objectives were defined sequentially, namely, to understand the integration of forest guards into Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente, to identify the consequences resulting from the integration of the forest guards into Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente and to analyse the functions performed by forest guards.

The methodology adopted is based on a deductive research strategy that allows conclusions to be drawn through a general to particular reasoning. This was materialized through a qualitative approach, having as main methods of data collection documentary analysis and the interviews, carried out to officers, sergeants and forest guards of Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente.

It is concluded that the work carried out by forest guards in Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente reveals a high importance in the enforcement of forestry, hunting and fishing legislation and in the investigation of their illegal activities, taking particular importance in the forest fire defense. The integration of forest guards into Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente has acted as an enormous potential of synergies.

Keywords: Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente, Forest guards, Guarda Nacional Republicana

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTO	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
ÍNDICE DE TABELAS	viii
ÍNDICE DE QUADROS	ix
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	x
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 — ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1. O Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente	4
1.2. A Carreira Florestal	8
1.3. A Integração do Pessoal da Carreira de guarda-florestal no SEPNA da GNR.....	10
1.4. Tipologia do Serviço desenvolvido pelo Pessoal da Carreira de guarda-florestal...	12
1.5. Pessoal da Carreira de guarda-florestal enquanto Órgãos de Polícia Criminal	18
1.6. Prevenção e Investigação de Incêndios.....	18
1.7. O Futuro do Pessoal da Carreira de guarda-florestal	22
CAPÍTULO 2 — METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	24
2.1. Introdução	24
2.2. Metodologia e Procedimentos	24
2.3. Modelo de Análise	25
2.4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados.....	25
2.5. Contexto de Observação	26
2.6. Amostragem: Composição e Justificação	27
2.7. Técnicas de Tratamento e Análise de Dados	27
CAPÍTULO 3 — APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ..	29

3.1.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1	29
3.2.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2	30
3.3.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3	33
3.4.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4	34
3.5.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5	36
3.6.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6	37
3.7.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7	39
3.8.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8	40
3.9.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9	42
3.10.	Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10.....	44
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		50
APÊNDICES		I
Apêndice A — Modelo de Análise da Investigação.....		II
Apêndice B — Quadro de Relação para a Elaboração das Entrevistas		III
Apêndice C — Caracterização dos Entrevistados		IV
Apêndice D — Carta de Apresentação e Guião de Entrevista.....		V
ANEXOS.....		VIII
Anexo A — Organograma da Direção do SEPNA.....		IX
Anexo B — Organograma do SEPNA nos Comandos Territoriais.....		X
Anexo C — Organograma dos NPA nos Destacamentos Territoriais.....		XI
Anexo D — Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal		XII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 — Evolução da investigação das causas de incêndio entre 2003 e 2013.....	11
Figura 2 — Evolução do efetivo de Guardas florestais.....	17
Figura 3 — Modelo de Análise da Investigação	II
Figura 4 — Organograma da Direção do SEPNA.....	IX
Figura 5 — Organograma do SEPNA nos Comandos Territoriais	X
Figura 6 — Organograma dos NPA nos Destacamentos Territoriais	XI
Figura 7 — Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal do ano de 2019	XII

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 — N.º de Crimes e Contraordenações registados pelas EPF	17
Tabela 2 — Ações de Sensibilização no âmbito DFCI	21
Tabela 3 — Caracterização dos entrevistados	IV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 — Análise das respostas à questão n.º 1	30
Quadro 2 — Análise das respostas à questão n.º 2	31
Quadro 3 — Análise das respostas à questão n.º 3	33
Quadro 4 — Análise das respostas à questão n.º 4	35
Quadro 5 — Análise das respostas à questão n.º 5	36
Quadro 6 — Análise das respostas à questão n.º 6	38
Quadro 7 — Análise das respostas à questão n.º 7	39
Quadro 8 — Análise das respostas à questão n.º 8	41
Quadro 9 — Análise das respostas à questão n.º 9	43
Quadro 10 — Análise das respostas à questão n.º 10	44
Quadro 11 — Quadro de relação para a elaboração das entrevistas	III

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

APÊNDICE A	MODELO DE ANÁLISE DA INVESTIGAÇÃO
APÊNDICE B	QUADRO DE RELAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS
APÊNDICE C	CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS
APÊNDICE D	CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA

ANEXOS

ANEXO A	ORGANOGRAMA DA DIREÇÃO DO SEPNA
ANEXO B	ORGANOGRAMA DO SEPNA NOS COMANDOS TERRITORIAIS
ANEXO C	ORGANOGRAMA DOS NPA NOS DESTACAMENTOS TERRITORIAIS
ANEXO D	CARTA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

art.º	Artigo
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTer	Comando Territorial
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
DGRF	Direção Geral dos Recursos Florestais
DL	Decreto-Lei
DNA	Divisão da Natureza e Ambiente
DSEPNA	Direção do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
DTA	Divisão Técnica Ambiental
DTer	Destacamento Territorial
E	Entrevistado
ENMA	Equipa Náutica e de Mergulho Ambiental
EPF	Equipa de Proteção Florestal
EPNA	Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente
EPNAZE	Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente em Zonas Específicas
GF	Guarda Florestal
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LTFP	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
MAI	Ministério da Administração Interna
MAOT	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território
MF	Mestre Florestal
MFP	Mestre Florestal Principal
n.º	Número
NACTA	Núcleo de Análise e Coordenação Técnica e Tática
NICCOA	Núcleo de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais
NPA	Núcleo de Proteção Ambiental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão de Polícia Criminal

PTer	Posto Territorial
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SAj	Sargento-Ajudante
SDFCI	Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
TCor	Tenente-Coronel

INTRODUÇÃO

Numa sociedade em constante mudança, tem-se revelado um interesse crescente pelas questões da proteção da natureza e do ambiente. Nas últimas décadas, os problemas ambientais tomaram uma proporção global, tanto ao nível da sua existência como dos seus impactos (Dunlap & Jorgenson, 2012). O princípio 2 da Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente refere que “os recursos naturais da terra (...) devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento” (ONU, 1972). Barreira (2018, p.1) refere que “é inegável que todos os seres humanos dependem do ambiente em que vivemos. Um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável é essencial para o pleno desfrute de uma ampla gama de direitos humanos”. Porém, Antunes (2017, p.1) afirma que “com o aumento da poluição e da deterioração dos valores naturais do nosso planeta, a humanidade começa a ver ameaçado o mais primário dos seus direitos, o direito à existência”. Pelo que “urge defender o ambiente e a natureza, motivo pelo qual Portugal e muitos outros países tipificaram diversas normas ambientais repressivas de cariz criminal e contraordenacional” (Cardoso, 2015, p.5). Desde logo, a Constituição da República Portuguesa (CRP) assume que a defesa da natureza e do ambiente e a preservação de recursos naturais são tarefas fundamentais do Estado, no seu artigo 9.º, alínea e), revelando assim a importância desta temática. Mais tarde, surge também a Lei de Bases do Ambiente, visando esta “a efetivação dos direitos ambientais através da promoção do desenvolvimento sustentável, suportada na gestão adequada do ambiente, em particular dos ecossistemas e dos recursos naturais.”, conforme o art.º 2.º, n.º 1 da Lei 19/2014, de 14 de abril.

Neste contexto, a proteção do meio ambiente, e principalmente dos meios cinegéticos, piscícolas e florestais revela-se de elevada importância. Consequentemente, e correspondendo às preocupações da população portuguesa a Guarda Nacional Republicana (GNR) concebe o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) criado em 2001 por despacho interministerial do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Ambiente, tendo sido alvo de alterações relevantes em 2006. O Decreto-Lei n.º 22/2006, de 22 de fevereiro veio consolidar institucionalmente o SEPNA e definir a sua missão. Este Decreto-Lei regulamentado pela Portaria n.º 798/2006, de 11 de agosto, demarcou ainda a extinção do Corpo Nacional da Guarda Florestal (CNGF), pertencente à Direção-Geral dos Recursos Florestais, transferindo as suas missões para o SEPNA. Foi também determinada

a integração dos efetivos do CNGF na GNR, mais especificamente nos quadros de pessoal civil, de modo a reforçar a capacidade de vigilância e fiscalização do território nacional. Assim, os Guardas florestais exercem funções na prossecução do serviço da GNR, em prol da proteção do ambiente, da riqueza cinegética, piscícola e florestal.

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada subordina-se ao tema “A importância dos Guardas Florestais no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente”.

A escolha do tema deriva do facto de se tratar de uma temática atual como é a proteção do meio ambiente, mas também pelas sucessivas questões que têm sido levantadas referentes à carreira de guarda-florestal no SEPNA, principalmente na sequência dos grandes incêndios florestais que assolaram o nosso país em 2017. Factos estes que motivaram o Investigador na procura do conhecimento referente à temática em causa.

A temática abordada neste Relatório Científico assume especial relevância no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança, uma vez que permitirá contribuir para o entendimento daquilo que estão a ser os pontos fortes e as dificuldades sentidas no âmbito do serviço desempenhado pelo pessoal da carreira de guarda-florestal no SEPNA da GNR desde a sua integração em 2006.

Neste sentido, o objetivo geral do presente Trabalho de Investigação Aplicada é compreender a importância do pessoal da carreira de guarda-florestal para o cumprimento da missão atribuída ao SEPNA da GNR. Os objetivos específicos que se pretendem atingir são os seguintes: (1) compreender a forma como foi feita a integração dos Guardas florestais no SEPNA; (2) identificar as consequências resultantes da integração dos Guardas florestais no SEPNA.; e (3) analisar as funções desempenhadas pelo pessoal da carreira de guarda-florestal. Tendo em conta os objetivos a atingir, surge a pergunta de partida. Esta irá orientar toda a investigação. Assim, a pergunta de partida do presente trabalho é: “Qual a importância das funções desenvolvidas pelos Guardas florestais no SEPNA?”

O presente trabalho de investigação encontra-se dividido em Introdução, Conclusões e Recomendações e ainda em três capítulos distintos, interligados entre si numa sequência lógica, conforme as orientações explanadas na Norma de Execução Permanente (NEP) 522/1ª de 2016, da Academia Militar, que regula as normas para a redação de trabalhos de investigação.

A Introdução aborda a problemática em estudo de um ponto de vista macro, ou seja, a proteção do ambiente e da natureza, fazendo posteriormente a transição para a abordagem específica deste trabalho, o pessoal da carreira de guarda-florestal integrado no SEPNA.

No Capítulo 1 é feita uma abordagem inicial à investigação, através do enquadramento teórico pretende-se dar a conhecer os principais conceitos e perspectivas teóricas subjacentes à temática em estudo. Assim, é abordada a carreira florestal desde 1990, e explicada a sua evolução numa sequência lógica até aos dias de hoje, com especial enfoque na parte que diz respeito à GNR e àquilo que são as principais funções dos Guardas florestais no seio desta instituição.

O Capítulo 2 explana de forma sucinta a metodologia, os métodos e as técnicas utilizadas para a conceção da investigação. São abordados o procedimento metodológico, o modelo de análise e os métodos e técnicas de recolha de dados, assim como os de análise e tratamento dos mesmos.

No Capítulo 3 é abordado o trabalho de campo efetuado pelo investigador. Neste capítulo procede-se à apresentação, análise e posterior discussão dos resultados obtidos, discutindo-os e comparando os dados mais relevantes com aquilo que foi apresentado no enquadramento teórico.

As Conclusões e Recomendações surgem na parte final do presente trabalho e consistem numa retoma ao tema em estudo, enfatizando os principais aspetos abordados e realçando o novo conhecimento produzido quanto à investigação.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. O Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente

A Guarda Nacional Republicana possui várias atribuições no âmbito da proteção ambiental. O SEPNA constitui-se como o serviço através do qual a Guarda prossegue uma das suas atribuições, nomeadamente a constante na alínea a), n.º 2 do artigo 3.º da Lei Orgânica da GNR (LOGNR)¹: “Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos”.

No que à proteção do ambiente diz respeito e “perante a inexistência em Portugal de um órgão com esta capacidade tão abrangente do país, foi planeado e constituído o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana” (Amado, 2010) O SEPNA foi criado em 2001 por despacho interministerial firmado entre o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT) e o Ministério da Administração Interna (MAI), onde foi definido que “o MAI, através da Guarda Nacional Republicana (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente – SEPNA/GNR), se compromete, em estreita colaboração com os serviços do MAOT, a intervir pedagogicamente e coercivamente, na prevenção e no combate contra condutas, passivas e ativas, contrárias ao devido cumprimento das normas legais que vigorem na área do Ambiente e do Ordenamento do Território”.

Para Teixeira (2001, p.37), a GNR revelava-se como a força que apresentava “a melhor adequação para a uma escolha qualificada dos membros designados para integrar o SEPNA”, contribuindo assim para uma resposta adequada aos problemas existentes na área da proteção da natureza e ambiente. Era importante que a função de polícia ambiental “estivesse atribuída a uma entidade com uma estrutura operacional descentralizada e com forte representação no terreno, uma força próxima do cidadão” (Delgado, 2017). Segundo Fernandes (2013) a criação do SEPNA foi potenciada pela observação dos resultados em forças congéneres, obtidos através deste tipo de Serviço, por se terem revelado positivos. Como exemplo, atente-se no caso da *Guardia Civil*, congénere espanhola da GNR, força esta que criou o *Servicio de Protección de la Naturaleza* (SEPRONA), no âmbito ambiental.

¹ Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

O Decreto-Lei 22/2006, de 2 de fevereiro veio consolidar institucionalmente o SEPNA e definir a sua missão. Assim, apesar do seu início ter ocorrido em 2001, só em 2006 o SEPNA foi consagrado, no âmbito da GNR, através do DL n.º 22/2006, de 2 de fevereiro, funcionando na dependência do Comando-Geral da GNR.

A GNR possui um dispositivo implantado em todo o território nacional, de acordo com o n.º 1 do art.º 5.º da sua Lei Orgânica, o que proporciona que os seus elementos sejam “conhecedores profundos das características de cada região do país” (Teixeira, 2001, p.37), considerando este fator como uma mais valia. Numa mesma perspetiva, Amado (2010), refere que a GNR, fruto da sua dispersão territorial e conhecimento das pessoas e da realidade de cada local, usufrui de “condições privilegiadas para alargar e aprofundar a sua intervenção ao nível da prevenção, fiscalização, investigação e repressão das infrações ambientais”.

De acordo com Caeiro e Santos (2018) o processo de implementação do SEPNA desenvolveu-se por três fases distintas. A primeira fase previa a existência de cursos de formação de formadores, formação esta obtida com forças congéneres e organismos nacionais e estrangeiros especializados em matérias ambientais. A segunda fase correspondia à seleção e formação exigida aos militares para o desempenho das missões que foram atribuídas ao SEPNA. Relativamente à terceira e última fase, esta consistia na implantação efetiva das equipas do SEPNA através do dispositivo territorial da GNR, tendo em conta as necessidades existentes, e ao mesmo tempo a introdução da temática ambiental nos cursos de formação de guardas.

A Portaria n.º 798/2006, de 11 de agosto, entre outras atribuições e missões do SEPNA, determina que este Serviço é constituído como polícia ambiental com competência para atuar em todo o território nacional, de acordo com o n.º 1 do art.º 5.º. Neste sentido, o DL n.º 22/2006 veio tipificar as competências do SEPNA. Conforme o disposto no artigo 2.º, estas competências são as seguintes:

- a) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à conservação e proteção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos;
- b) Zelar pelo cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos;

- c) Assegurar a coordenação ao nível nacional da atividade de prevenção, vigilância e deteção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente, nos termos definidos superiormente;
- d) Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário e de proteção animal;
- e) Proteger e conservar o património natural, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território;
- f) Cooperar com entidades públicas e privadas, no âmbito da prossecução das suas competências;
- g) Promover e colaborar na execução de ações de formação, sensibilização, informação e educação em matéria ambiental, de conservação da natureza e da biodiversidade;
- h) Realizar as ações de vigilância e de fiscalização que lhe sejam solicitadas pela Direção-Geral dos Recursos Florestais;
- i) Apoiar o sistema de gestão de informação de incêndios florestais (SGIF), colaborando para a atualização permanente dos dados.

O Comando Operacional, através da NEP n.º 01/CO/DSEPNA/2011, de 01DEZ11, especificou as áreas de intervenção da competência do SEPNA, estas abrangidas pelas competências emanadas pelo DL n.º 22/2006 supracitadas. Assim, as matérias específicas intervencionadas pelo SEPNA são:

- a) Fauna e Flora;
- b) Convenção CITES;
- c) Florestas, áreas classificadas e Rede Natura 2000²;
- d) Coordenação Nacional da Prevenção, Vigilância e Deteção de Incêndios Florestais, Investigação das Causas e Validação das Áreas Ardidas;
- e) Caça e Pesca;
- f) Proteção dos recursos hídricos
- g) Poluição Atmosférica
- h) Poluição dos Solos
- i) Ruído;
- j) Resíduos e Substâncias perigosas;
- k) Ordenamento do Território;

² Rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa.

- l) Exploração de Inertes,
- m) Controlos Sanitários e Proteção Animal;
- n) Turismo e Desportos;
- o) Património Histórico e Natural;
- p) Atividades Perigosas ou Nocivas para o Ambiente;
- q) Outras áreas de interesse relacionadas com a Proteção da natureza e do meio ambiente.

No que concerne o Regulamento Geral de Serviço da GNR (RGSGNR)³, este define no seu art.º 188.º que a “atividade do SEPNA visa a defesa e preservação da natureza e do ambiente, a manutenção dos recursos naturais e hídricos, o equilíbrio dos ecossistemas e a conservação da biodiversidade, bem como o ordenamento sustentado do território”. Refere no art.º 189.º que este Serviço é uma polícia ambiental de carácter nacional, competente para “vigiar, fiscalizar, noticiar e investigar as infrações à legislação que visa proteger a natureza, o ambiente e o património natural, em todo o território nacional”.

A reestruturação da Guarda Nacional Republicana, efetivada pela entrada em vigor da LOGNR, decretou a criação de uma Direção do SEPNA (DSEPNA) no Comando Operacional. A DSEPNA, conforme o Decreto Regulamentar n.º 19/2008 de 27 de novembro, no seu art.º 9.º, é responsável por assegurar o planeamento, coordenação e supervisão técnica do SEPNA, assim como propor, difundir e assegurar o cumprimento das normas técnicas no âmbito da atividade de proteção da natureza e do ambiente. A DSEPNA encontra-se dividida numa Divisão da Natureza e Ambiente (DNA) e uma Divisão Técnica Ambiental (DTA). A DNA é composta por uma Repartição de Natureza e do Ambiente e uma Repartição Florestal. Por sua vez, a DTA é dotada de uma Repartição de Pesquisa e Análise, uma Repartição de Organização, Planeamento e Controlo e uma Linha SOS Ambiente e Território.⁴ Ao nível dos Comandos Territoriais, cada Comando Territorial (CTer) possui uma Secção SEPNA, constituída por um Núcleo de Análise e Coordenação Técnica e Tática (NACTA) e um Núcleo de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais (NICCOA)⁵. O SEPNA operacionaliza as suas competências através dos Núcleos de Proteção Ambiental (NPA) presentes nos Destacamentos Territoriais. Estes núcleos encontram-se subdivididos em quatro equipas: Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente (EPNA), Equipa de Proteção Florestal (EPF), Equipa de Proteção da Natureza e

³ Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho do Comando-Geral.

⁴ Ver anexo A.

⁵ Ver Anexo B.

Ambiente em Zonas Específicas (EPNAZE) e Equipa Náutica e de Mergulho Ambiental (ENMA).⁶

Ao nível da cooperação, o SEPNA, no plano nacional, é chamado a integrar diversos painéis e grupos de estudo, organização e preparação de planos e programas. Nesta perspetiva, o SEPNA detém uma elevada cooperação institucional com a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza, com a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (Caeiro & Santos, 2018).

O SEPNA assume-se como uma valência de enorme importância na GNR, materializando-se nas vantagens que representa para a sociedade. Para os cidadãos o SEPNA representa a garantia de que o ambiente tem uma polícia que o protege e combate dentro dos princípios da legalidade e imparcialidade. O reconhecimento e valorização deste serviço é notório e materializado através da atribuição do Prémio Nacional de Ambiente Fernando Pereira por parte da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente em 2002, e o Prémio Quercus em 2014, entre outros (Caeiro & Santos, 2018). Ribeiro (2011) constata que nos últimos anos se destaca um aumento da “atividade fiscalizadora a nível ambiental, sendo de realçar o trabalho do SEPNA, o serviço de proteção ambiental da GNR”.

1.2. A Carreira Florestal

Em 1990, a Lei Orgânica da Direcção-Geral das Florestas, previa a existência da carreira de guarda-florestal, esta com funções de polícia florestal, da caça e pesca e responsabilidade nos trabalhos de campo do sector florestal. Porém, e apesar da especificidade e relevância de tais funções, esta carreira não era portadora de um regime próprio. De forma a colmatar esta carência, surge o DL n.º 142/90, de 4 maio. Este DL previa a existência de três categorias, sendo estas Mestre Florestal Principal (MFP), Mestre Florestal (MF) e Guarda Florestal (GF). Ao nível das competências, cabia ao pessoal da carreira de guarda-florestal assegurar todas as ações de polícia florestal, de caça e de pesca, conforme o artigo 2.º do DL n.º 142/90, que define especificamente as seguintes missões:

- a) Fiscalizar o cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca;
- b) Instruir os autos de notícia das infrações presenciadas e apreender os instrumentos utilizados na prática da infração nos casos previstos na lei;

⁶ Ver Anexo C.

- c) Orientar os trabalhos de campo inerentes à exploração florestal, acompanhar o processo de comercialização dos respetivos produtos, bem como outras tarefas no mesmo âmbito, incluindo as inerentes à caça, pesca, apicultura e correção torrencial;
- d) Exercer funções de vigilância nas áreas florestais a seu cargo;
- e) Participar na prevenção e deteção de incêndios florestais e colaborar no seu combate;
- f) Apoiar as ações de extensão florestal no domínio da propriedade privada.

O ingresso na carreira de guarda-florestal era executado através de recrutamento de indivíduos habilitados com o 9.º ano de escolaridade, os quais teriam de ser aprovados em estágio com duração de um ano, de acordo com os artigos 3.º e 4.º do mesmo DL.

Nesta altura foi também definido que o pessoal da carreira de guarda-florestal teria direito a um suplemento de risco (Artigo 6.º do DL n.º 142/90), tendo em conta as missões desempenhadas pelos mesmos, valorizando assim a sua carreira.

Na sequência do estatuto de 1990, ocorreu uma mudança estrutural em 1996, esta mudança ditou a extinção do Instituto Florestal e consequente integração dos seus serviços na Direção Regional de Agricultura, “que leva à criação do Corpo Nacional da Guarda Florestal, com núcleos regionais simultaneamente dependentes do diretor-geral das Florestas e do diretor regional de Agricultura” (Pinho, 2018, p.92).

A carreira de guarda-florestal da Direcção-Geral das Florestas, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas foi mais tarde alterada, em 1998, através do Decreto-Lei n.º 111/98 de 24 de abril. Este diploma revogou o DL n.º 142/90 e trouxe algumas alterações no que diz respeito ao estatuto do pessoal da carreira de guarda-florestal.

As competências atribuídas por este DL aos Guardas florestais eram as seguintes, conforme explanado no artigo 2.º:

- a) Fiscalizar o cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca;
- b) Levantar autos de notícia pelas infrações de que tiver conhecimento no exercício das suas funções e adotar as medidas cautelares e de polícia necessárias e urgentes para assegurar os meios de prova, bem como relativamente a objetos suscetíveis de apreensão, e proceder à detenção e a atos de investigação e inquérito, nos termos da lei de processo penal;
- c) Exercer funções de sensibilização e vigilância na área florestal nacional;
- d) Participar na prevenção e deteção de incêndios florestais e colaborar no seu combate;

e) Investigar as causas dos fogos florestais.

A principal alteração neste campo das atribuições foi a alínea e) do artigo 2.º do DL n.º 111/98: “Investigar as causas dos fogos florestais”. Ou seja, além da competência já atribuída ao nível da sensibilização, prevenção e vigilância, o pessoal da carreira florestal fica agora responsável pela investigação dos fatores responsáveis pela ocorrência de fogos florestais.

Ao contrário do que acontecia até então, este diploma, nomeadamente no seu art.º 2.º n.º 4, veio estabelecer que o ingresso na carreira de guarda-florestal era executado através de recrutamento de indivíduos habilitados com o 11º ano de escolaridade, tendo preferência aqueles que possuíssem um curso técnico-profissional nas áreas florestal e agroflorestal.

O serviço do pessoal da carreira de guarda-florestal era considerado de carácter permanente e obrigatório, explanado no art.º 10.º do DL n.º 111/98, isto é, ainda que se encontrassem em período de folga ou descanso, estes deveriam tomar as providências necessárias de forma a prevenir ou resolver quaisquer ocorrências referentes às normas legais do âmbito florestal. O DL n.º 111/98 entrou em vigor a (produz efeitos a partir de) 1 de janeiro de 1998.

Pinho (2018, p.92) aponta que “em 2006, é revogado o Regulamento do Serviço de Polícia Florestal e o CNGF (então adstrito à DGRF) é integrado no Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR, em lugares a extinguir quando vagarem”.

1.3. A Integração do Pessoal da Carreira de guarda-florestal no SEPNA da GNR

A carreira de guarda-florestal na GNR tem como seu antecedente o Corpo Nacional da Guarda Florestal, este pertencente à Direção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF). Em 2006, o Corpo Nacional da Guarda Florestal, sob a alçada da DGRF foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 22/2006, regulamentado pela Portaria n.º 798/2006, passando os seus efetivos a integrar o SEPNA da GNR.

Relativamente ao Decreto-Lei n.º 22/2006, este “consagra, no âmbito da Guarda Nacional Republicana, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, (...) transferindo para aquela força de segurança o pessoal do Corpo de Guardas Florestais da Direcção-Geral dos Recursos Florestais” (Ministério da Administração Interna [MAI], 2006). “Com a publicação do DL n.º 22/2006, de 22 de fevereiro, a estrutura do CNGF foi integrado na Guarda Nacional Republicana bem como todas as suas competências” (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], 2014).

No âmbito do DL n.º 22/2006, o art.º 3.º n.º 2 atribui ao SEPNA, naquilo que concerne os recursos humanos, o pessoal da carreira florestal. O art.º 5.º n.º 2 explana que o pessoal da carreira de guarda-florestal, até então pertencentes à DGRF transita para a GNR, passando a integrar o quadro de pessoal civil desta instituição. Relativamente à categoria, antiguidade e índice remuneratório, estas condições eram mantidas. Neste sentido, deu-se a criação, na GNR, da carreira florestal, cujos lugares seriam extintos quando vagassem, de acordo com o n.º 3 do art.º 5.º.

Atendendo ao cumprimento do serviço operacional realizado pelos militares e pessoal da carreira florestal do SEPNA, também os bens móveis e as instalações ou bens imóveis pertencentes ao CNGF foram transferidos para a GNR.

A respeito do estatuto do pessoal da carreira florestal que integrava o SEPNA da GNR, o DL n.º 22/2006, define no art.º 5.º n.º 4 que é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime definido pelo DL n.º 111/98, este, já abordado no subcapítulo anterior.

A referida integração do pessoal da carreira de guarda-florestal no SEPNA da GNR trouxe algumas mudanças, além do aumento de competências, houve também um aumento nas suas missões, “ganhando relevo e aumentando a sua capacidade de intervenção, fiscalização e investigação em todo o país” (Fernandes, 2013, p.13). Ora, a investigação de incêndios florestais configuram-se como uma das áreas de intervenção do SEPNA, e particularmente dos Guardas florestais. Constata-se assim que “em 2006 deu-se a integração da Guarda Florestal na GNR, traduzindo-se num aumento do número de ocorrências investigadas logo desde 2006 (cerca de 12%, o dobro dos anos anteriores) e nos anos subsequentes” ([ICNF], 2014).

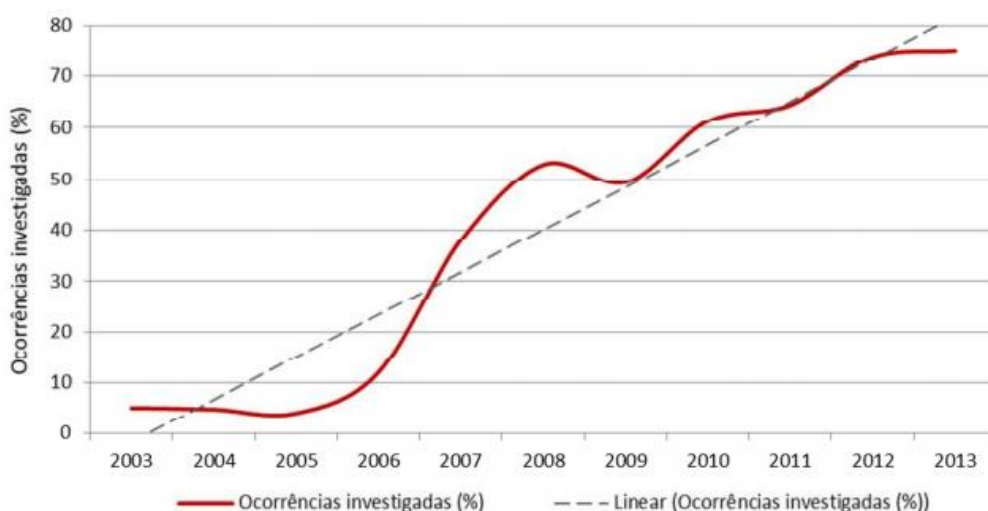


Figura 1 — Evolução da investigação das causas de incêndio entre 2003 e 2013

Fonte: ICNF

Atentando na Figura 1, é perceptível precisamente este aumento ao nível do número de ocorrências de incêndios investigadas a partir do ano de 2006, quando esta tarefa começou a ser executada pelo SEPNA. Mais recentemente, verifica-se um aumento muito significativo, “atingindo valores da ordem dos 76% do número de ocorrências registadas em Portugal Continental” ([ICNF], 2014).

1.4. Tipologia do Serviço desenvolvido pelo Pessoal da Carreira de guarda-florestal

Atualmente, o serviço desenvolvido pelos Guardas florestais encontra-se enquadrado, maioritariamente, pelo Decreto-Lei n.º 247/2015 e pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)⁷. Além destes, também por outros documentos legais, não só da autoria do MAI, mas também da própria GNR, que serão exploradas neste subcapítulo.

Conforme se encontra referido no preâmbulo do DL n.º 247/2015, tendo em conta a especificidade das competências dos Guardas florestais, e baseado na experiência até agora obtida em fruto da reorganização e integração na GNR, o DL n.º 111/98, não se demonstra adequado aos Guardas florestais e ao desempenho das suas funções no SEPNA da Guarda. Desta forma surge o estatuto aprovado pelo DL n.º 247/2015, de 23 de outubro.

O DL n.º 247/2015 procedeu à alteração da denominação da carreira florestal, do quadro de pessoal civil da GNR, cuja designação passou a ser carreira de guarda-florestal. Este diploma definiu ainda a estrutura do seu estatuto. Assim, o pessoal da carreira de guarda-florestal encontra-se integrado nos quadros de pessoal civil da Guarda e está sujeito aos deveres e direitos constantes na LTFP. Não obstante, e fruto da sua integração nos quadros da GNR, os Guardas florestais gozam ainda de outros direitos e deveres descritos no DL n.º 247/2015. O seu serviço considera-se de carácter permanente e obrigatório, conforme tipificado no art.º 4.º do DL n.º 247/2015, “o pessoal da carreira de guarda-florestal, ainda que se encontre em período de folga ou descanso, deve tomar todas as providências necessárias para prevenir ou resolver quaisquer sinistros, ocorrências e infrações inerentes às funções que lhe estão atribuídas”. Resultante da sua integração nos quadros civis da GNR, os Guardas florestais encontram-se sujeitos a manter uma aptidão física e psíquica essencial ao cumprimento da missão. Conforme escrito no art.º 7.º, em ato ou missão de serviço, o pessoal da carreira de guarda-florestal fica sujeito à submissão a exames médicos e testes, com vista à deteção do consumo excessivo de bebidas alcoólicas e

⁷ Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

de estupefacientes. O artigo 22.º explana os direitos atribuídos ao pessoal da carreira de guarda-florestal no âmbito do seu serviço, salientando-se:

- a) Não ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual;
- b) Ser indemnizado, nos termos da lei, por danos materiais ou pessoais decorrentes de atos criminosos de que seja vítima no exercício das suas funções ou em consequência das mesmas;
- c) Beneficiar de medidas e ações de medicina preventiva, as quais visam permitir a deteção de patologias potenciais ou em fase precoce da sua evolução, de origem profissional ou outra, no momento mais propício ao seu controlo ou cura, nos termos da LTFP e de regulamento próprio a aprovar pela Guarda;
- d) Beneficiar de assistência médica, medicamentosa e hospitalar, bem como de meios auxiliares de diagnóstico, nos termos fixados em diploma próprio.

O pessoal da carreira de guarda-florestal tem ainda direito ao uso de cartão de identificação, decorrente do art.º 13.º do DL n.º 247/2015 alterado pelo DL n.º 114/2018. Este cartão pode ser profissional quando na situação de ativo; ou de aposentado ou reformado, quando nessa situação, servindo este como documento de identificação dos Guardas florestais em termos legais.

A carreira de guarda-florestal caracteriza-se por ser pluricategorial, ou seja, desenvolve-se por categorias por ordem decrescente de hierarquia através de Mestre Florestal Principal, Mestre Florestal e Guarda Florestal, conforme o art.º 25.º DL n.º 247/2015. Em termos de hierarquia o pessoal da carreira de guarda-florestal encontra-se subordinado à hierarquia funcional e ao dever de obediência, decorrente das suas competências e tarefas, quando integrado na estrutura do SEPNA, de acordo com art.º 24.º.

Segundo o n.º 2 do art.º 35.º do DL n.º 247/2015, o pessoal da carreira de guarda-florestal, no âmbito das suas funções tem competência para fiscalizar o cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, investigando os respetivos ilícitos. No âmbito florestal, compete-lhes participar na Defesa da Floresta Contra Incêndios, em especial na investigação das causas de incêndios florestais. Considerando agora as categorias existentes, cada uma delas tem tarefas específicas atribuídas. Assim, de acordo com o anexo II do DL n.º 247/2015 a que se refere o n.º 1 do art.º 39.º, compete ao:

Mestre Florestal Principal:

- a) Coadjuvar o chefe do NPA em exercício, na coordenação da atividade das respetivas equipas de proteção florestal;
- b) Chefiar equipas de proteção florestal, na dependência do chefe do NPA;
- c) Executar missões e tarefas de carácter operacional, enquadradas na planificação estabelecida superiormente;
- d) Executar tarefas administrativas decorrentes do exercício das competências atribuídas à carreira de guarda-florestal;
- e) Ministrando formação relativa às áreas das competências atribuídas à carreira de guarda-florestal, quando nomeado.

Mestre Florestal:

- a) Chefiar equipas de proteção florestal, na dependência do chefe do NPA;
- b) Executar missões e tarefas de carácter operacional, enquadradas na planificação estabelecida superiormente;
- c) Executar tarefas administrativas decorrentes do exercício das competências atribuídas à carreira de guarda-florestal;
- d) Ministrando formação relativa às áreas das competências atribuídas à carreira de guarda-florestal, quando nomeado.

Guarda Florestal:

- a) Coadjuvar e substituir o mestre florestal, nas suas ausências e impedimentos na coordenação da respetiva equipa de proteção florestal, de acordo com as orientações e diretivas superiores;
- b) Executar missões e tarefas de carácter operacional, enquadradas na planificação estabelecida superiormente;
- c) Executar tarefas administrativas decorrentes do exercício das competências atribuídas à carreira de guarda-florestal;
- d) Ministrando formação relativa às áreas das competências atribuídas à carreira de guarda-florestal, quando nomeado.

O pessoal da carreira de guarda-florestal, apesar de enquadrado no SEPNA não deixa de fazer parte de uma força policial, neste caso a GNR. Como tal, para além das missões do âmbito da proteção da natureza e ambiente, devem também observar os seguintes aspetos, de acordo com o consignado no art.º 155.º do RGSGNR: velar pelo cumprimento das leis; garantir a manutenção da ordem pública; manter e restabelecer a segurança dos cidadãos; auxiliar e proteger os cidadãos. O serviço policial desenvolvido pelos Guardas florestais, conforme descrito na NEP n.º 01/CO/DSEPNA/2011, deve reger-se prioritariamente por

uma ação de prevenção, de auxílio e proteção dos cidadãos, e de prevenção dos delitos contra a natureza e meio ambiente, sob forma de patrulhamento de proximidade. Devendo estes fazer uso dos meios legítimos de atuação policial apenas nos casos em que não seja possível de outra forma prevenir e evitar a prática de ilícitos criminais e ou contraordenacionais, sendo que uso do meio de força deverá ser sempre proporcional à situação em causa. Neste sentido, decorre também do estatuto do pessoal da carreira de guarda-florestal, DL n.º 247/2015, art.º 6.º n.º 1, que o recurso ao uso da força é feito nos casos expressamente previstos na lei, sempre que se revele legítimo, necessário, adequado e proporcional ao objetivo visado.

Os Guardas florestais têm direito a uso e porte de arma e fazem uso de armamento no cumprimento da sua missão diária. O art.º 15.º do DL n.º 247/2015 menciona que o pessoal da carreira de guarda-florestal, que se encontre na situação de ativo, tem direito à detenção, uso e porte de arma referente às classes B, B1, C e D. Sendo, porém, obrigatório o seu manifesto quando dela for proprietário, regendo-se, para o efeito, pela Lei n.º 5/2006, que aprova o regime jurídico das armas e suas munições. Respeitante ao armamento utilizado em serviço, o art.º 9.º indica que os Guardas florestais fazem uso de pistola e carabina, de modelo aprovado e distribuído pela GNR. Quanto à pistola, o seu uso é obrigatório sempre que estiverem em serviço, relativamente à carabina, esta é obrigatória quando constituídos grupos de trabalho para execução de ato ou missão de serviço, pelo menos por um dos Guardas florestais que a compõem. O recurso a armas de fogo, só deve ser feito como medida extrema, quando tal se afigure absolutamente necessário adequado, proporcional e exista perigo para a sua vida ou de terceiros e nos casos previstos na lei, de acordo com o n.º 2 do art.º 6.º.

A NEP n.º 01/CO/DSEPNA/2011 define o emprego funcional dos Guardas florestais. Sendo explanado que, o serviço de patrulhamento efetuado por estes deve reger-se pelas normas que estão superiormente determinadas para a generalidade dos patrulhamentos desempenhados pelos militares SEPNA, com as devidas especificidades existentes nos diplomas legais que regem a carreira, a atividade profissional/funcional dos Guardas florestais.

O serviço operacional dos Guardas florestais tem algumas especificidades relativamente aos militares da GNR, uma vez que pertencem aos quadros de pessoal civil da GNR. Como tal, foi aprovado pelo Exmo. Comandante Geral da GNR, o Regulamento de horário de trabalho dos Guardas florestais, tendo a última alteração sido feita através do Despacho n.º 10465/2016. O Regulamento de Horário de Trabalho dos Guardas Florestais,

estabelece o horário rígido, conforme o definido no art.º 112.º da LTFP, que se reparte por dois períodos diários, com horas de entrada e saída fixas idênticas, separados por um intervalo de descanso. Importa também referir que o intervalo de descanso entre os dois períodos diários de trabalho é de uma hora e trinta minutos. De acordo com o referido despacho, as escalas de serviço são elaboradas pelo responsável de cada EPF e aprovadas pelo comandante do Destacamento Territorial (DTER) da GNR em cuja área de ação se desenrola a atividade do pessoal da carreira de guarda-florestal.

No que concerne ao fardamento dos Guardas florestais, foi aprovado, através da Portaria n.º 67/2015 de 9 de março, o Regulamento de Uniformes do Pessoal da Carreira Florestal. Este, definiu no art.º 1.º, os uniformes, os seus artigos, símbolos identificativos, distintivos e insígnias, a forma de atribuição, as condições de utilização e as normas referentes à dotação, duração e confeção em qualidade, dimensões, cores e modelos. O art.º 3.º vinculou o uso obrigatório do uniforme em todos os atos de serviço.

Numa vertente operacional, o pessoal da carreira de guarda-florestal encontra-se colocado nos diferentes Núcleos de Proteção do Ambiente dos Destacamentos Territoriais, mais especificamente, nas Equipas de Proteção Florestal, de acordo com o art.º 2.º do DL n.º 247/2015. O art.º 2.º refere ainda que a sede de DTER e a sede de Posto Territorial (PTer) são centros de atividade funcional operacional, significando que o serviço do pessoal da carreira de guarda-florestal é realizado a partir destes.

As competências específicas atribuídas às EPF, onde se encontram os Guardas florestais, estão tipificadas pelo despacho n.º 53/09 do Comando Geral. No âmbito deste despacho compete às EPF:

- a) Fiscalizar o cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca;
- b) Exercer funções de sensibilização e vigilância na área florestal nacional;
- c) Contribuir para a defesa da floresta contra incêndios;
- d) Realizar as ações de vigilância e de fiscalização legalmente solicitadas;
- e) Investigar as causas e validar as áreas ardidas dos incêndios florestais.

Tomando em consideração as áreas de intervenção do SEPNA, constatamos que as EPF, constituídas pelo pessoal da carreira de guarda-florestal, atuam nas matérias específicas da caça, pesca e floresta. Porém, com especial enfoque na área da floresta, nomeadamente naquilo que respeita a Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), investigação das causas e validação de áreas ardidas

Tabela 1 — N.º de Crimes e Contraordenações registados pelas EPF

Área	Crimes	Contraordenações
Caça	32	80
DFCI e Incêndios	406	1816
Pesca	3	84
Proteção Florestal	1	588

Fonte: DSEPNA

Na Tabela 1 apresentam-se os resultados operacionais das EPF de todo o território nacional durante o ano de 2018. São contabilizados o número de autos crime e contraordenação realizados no âmbito das matérias específicas em que estas equipas atuam, nomeadamente a Caça, DFCI e Incêndios, Pesca e Proteção Florestal.

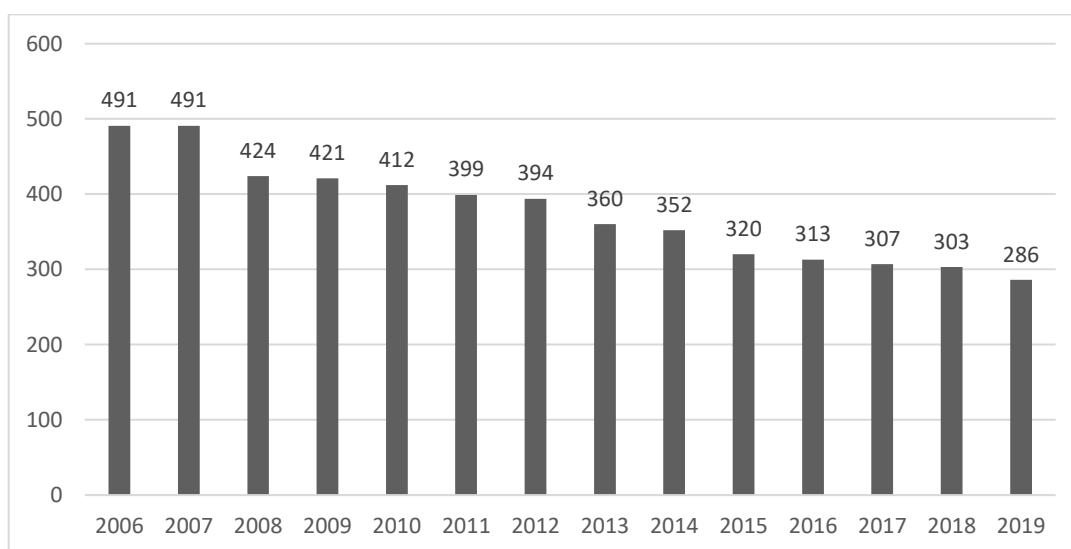


Figura 2 — Evolução do efetivo de Guardas florestais

Fonte: DSEPNA

Desde a integração dos Guardas florestais no SEPNA da GNR, em 2006, o seu número de efetivos tem vindo a diminuir, naturalmente, face à falta de ingressos na carreira. A Figura 2 demonstra a forma como variaram os efetivos do pessoal da carreira florestal desde a sua integração até ao ano de 2019. Verificando-se que o decréscimo foi na ordem das 200 unidades até à atualidade.

1.5. Pessoal da Carreira de guarda-florestal enquanto Órgãos de Polícia Criminal

O Código de Processo Penal (CCP), no seu artigo 1.º, define como Órgãos de Polícia Criminal “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código. O CPP explana ainda que os OPC têm a competência de coadjuvar as autoridades judiciárias visando a realização das finalidades do processo. Compete-lhes ainda, mesmo por iniciativa própria, “colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os atos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova”.

Os OPC estão investidos de uma elevada responsabilidade, sendo estes “os braços e os olhos das autoridades judiciárias na prossecução da investigação criminal (...) que tem como fim último a realização do Direito nas prossecuções da defesa da sociedade” (Valente, 2013, p. 485). Pinto (2017, p.18) afirma que “os OPC atuam no processo penal como meros participantes processuais ou sujeitos processuais acessórios, uma vez que estes atuam sob direção e na dependência funcional das autoridades judiciárias”.

Ora, de acordo com DL n.º 247/2015 o pessoal da carreira de guarda-florestal é considerado um OPC, assim, mesmo pertencendo aos quadros de pessoal civil da Guarda, os Guardas florestais estão investidos desta competência, tal como acontece com os militares da GNR. Deste modo, o pessoal da carreira de guarda-florestal fica incumbido de realizar quaisquer atos ordenados por autoridade judiciária ou determinados pelo CPP, no âmbito das suas competências, atuando sob a direção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente.

Como órgão de polícia criminal, o pessoal da carreira de guarda-florestal fica assim responsável por cumprir as medidas cautelares e de polícia conforme o CPP. Pelo que os Guardas florestais sempre que tiverem notícia de um crime, transmitem-na ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias, segundo o artigo 248.º do CPP. Neste sentido, cabe também aos Guardas florestais a obrigação de praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, de acordo com o artigo 249.º do CPP.

1.6. Prevenção e Investigação de Incêndios

O presente subcapítulo aborda a temática dos incêndios, do ponto de vista da ação desempenhada pelo SEPNA da GNR, e particularmente pelos Guardas florestais, que se

traduz maioritariamente em prevenção e investigação. Para estudar este tema importa atentar no DL n.º 124//2006, que aprova o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI), no DL n.º 22/2006 e na Portaria 798/2006, entre outros, que enquadram a atividade desenvolvida pela GNR.

No âmbito da missão atribuída ao pessoal da carreira de guarda-florestal, tal como já foi abordado nos capítulos anteriores, uma das suas tarefas está intrinsecamente ligada com a prevenção e investigação de incêndios florestais. Esta é uma área particularmente importante de abordar, uma vez que “os incêndios florestais têm destruído, nos últimos anos, milhares de hectares em Portugal” (Verde & Zêzere, 2017, p.3). Estes autores referem ainda que apesar de este fenómeno não ser particularmente novo, a verdade é que tem conhecido maior mediatização nos primeiros anos deste século. Resultante das vastas áreas ardidas, da proximidade às populações e do facto de os *media* conseguirem chegar rapidamente aos locais onde a supressão do incêndio está em curso.

As ocorrências de incêndios florestais provocam prejuízos elevados derivado da destruição de edifícios e de vastas áreas de povoamentos florestais, o que justifica a necessidade de ser feita uma avaliação do risco de incêndio florestal (Verde & Zêzere, 2017)

Sendo missão do SEPNA, mas mais especificamente, do pessoal da carreira de guarda-florestal a mitigação dos incêndios florestais, é importante conhecer as áreas onde existe maior risco de ocorrência dos mesmos.

“As ações de prevenção que se mostram necessárias, integradas numa efetiva gestão de risco para redução dos prejuízos e otimização dos investimentos na própria prevenção e posterior supressão, devem partir de um claro conhecimento das condições de perigosidade existentes no país” (Verde e Zêzere, 2017, p.2).

Neste sentido, para Verde e Zêzere (2017) a mitigação deve ter como base o conhecimento da perigosidade de incêndio florestal, uma vez que esta permitirá efetuar o cálculo do risco.

Segundo Bachmann e Allgöwer (1999), risco de incêndio florestal define-se como a probabilidade de um incêndio florestal ocorrer numa localização específica e sob certas circunstâncias e as suas consequências esperadas, definidas pelo impacto nos objetos afetados. O risco de incêndio engloba “todos os fatores, variáveis ou constantes, que afetam a ignição e a combustão, assim como o comportamento dos fogos e os danos que possam ocasionar” (Macedo & Sardinha, 1987, p.15). Numa mesma corrente de pensamento, Lourenço (2016, p. 147) afirma que “o risco de incêndio florestal resulta da combinação de três fatores: (i) a severidade da manifestação do processo; (ii) a vulnerabilidade da área afetada pelo incêndio; (iii) os valores dos elementos que possam vir a ser danificados pelo

incêndio. Em resultado da combinação destes três fatores, ocorrem diferentes níveis de risco de incêndio florestal”. Tedim e Carvalho (2013) consideram que o risco se traduz pela potencial ocorrência de danos e perdas físicas, sociais, económicas e ambientais numa determinada área e período de tempo, como causa da vulnerabilidade do sistema a um incêndio florestal.

Ribeiro (2016, p.4) constata que “nas últimas décadas os incêndios florestais têm-se aproximado cada vez mais dos aglomerados urbanos, muito por culpa do aumento constante do número de casas e infraestruturas localizados dentro ou perto de áreas florestais onde eles se desenvolvem”. Este facto levou ao aparecimento do termo interface urbano-florestal. Butler (1974) afirmou que o fogo de interface urbano-florestal é o ponto onde o combustível que alimenta um incêndio florestal muda de combustível natural, a floresta, para combustível produzido pelo homem, urbano. O *Blue Ribbon Panel* (BRP, 2008) propõe como definição para a interface urbano-florestal o espaço onde as estruturas e a vegetação coexistem num ambiente propício aos incêndios. Duarte (2005, p.3) refere que “a ocorrência de incêndios é usual nas áreas de interface entre a floresta e as áreas habitacionais, podendo os danos ser significativamente maiores do que os ocorridos apenas em áreas florestais”.

No contexto do risco de incêndio, o DL n.º 124/2006 define que o índice de risco de incêndio traduz o risco diário de ocorrência de incêndio. Este risco, segundo o art.º 4.º, é categorizado por níveis, sendo estes: reduzido, moderado, elevado, muito elevado e máximo. No que respeita à classificação do continente segundo a perigosidade de incêndio, encontra-se exposto no art.º 5.º do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra incêndios (SDFCI) que a classificação do território é feita de acordo com as seguintes classes qualitativas:

- a) Classe I - Muito baixa;
- b) Classe II - Baixa;
- c) Classe III - Média;
- d) Classe IV - Alta;
- e) Classe V - Muito alta.

O n.º 3 deste mesmo artigo refere ainda que a classificação de acordo com as classes supracitadas é, à escala nacional, divulgada pelo ICNF⁸.

O art.º 2.º do SDFCI atribui à GNR a coordenação de ações de prevenção, no que respeita a vigilância, deteção e fiscalização dos incêndios. As ações de prevenção especialmente direcionada para áreas de risco são levadas a cabo pelos militares e pessoal

⁸ Ver Anexo D.

da carreira de guarda-florestal do SEPNA. De acordo com o art.º 3.º da Portaria n.º 798/2006, é da competência do SEPNA a coordenação e execução da vigilância e deteção de incêndios florestais. Está explanado ainda no seu art.º 2.º, n.º 2 que a DGRF define, mensalmente, os graus de risco que influenciam a proteção da floresta e dos recursos a ela associados, quantificando e qualificando as ameaças, informação esta que é posteriormente comunicada aos órgãos coordenadores regionais do SEPNA. Delgado (2017) defende que o papel da GNR nas ações de sensibilização é essencial, porque se encontra próxima do cidadão e, além disso, conhece o ordenamento florestal, o terreno e o histórico dos incêndios. Caeiro e Santos (2018) afirmam que uma das principais áreas de atuação é precisamente a prevenção dos incêndios florestais, motivo pelo qual no ano de 2018 foram realizadas um elevado número de ações de sensibilização. Estas ações “visaram essencialmente a mudança de comportamentos e adoção de melhores práticas de segurança junto das freguesias com maior potencial de incêndio (...) dada a maior vulnerabilidade e perigosidade destas áreas, devido à ocorrência de incêndios rurais” (Caeiro & Santos. 2018, p.44). Neste sentido, Gonçalves (2014, p.21) afirma que as ações de sensibilização “primam pela pedagogia e visam, essencialmente, alertar as populações alvo para a importância da prevenção e do cumprimento dos preceitos legais em vigor sobre a matéria, exortando para colaboração de todos na defesa da floresta contra incêndios”.

Segundo dados da DSEPNA, durante o ano de 2018 foram realizadas pelos militares do SEPNA 8833 ações de sensibilização no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, ações nas quais foram empenhados 25439 militares e pessoal da carreira de guarda-florestal do SEPNA. Na Tabela 2, encontram-se representados os números de ações de sensibilização e respetivos participantes do ano de 2006, ano em que o SEPNA foi consagrado através do DL n.º 22/2006, e do ano de 2018. Através da observação destes números é possível constatar o aumento significativo no número de ações de sensibilização desde o ano de 2006, e consequentemente um aumento também no número de cidadãos que participaram nas referidas ações.

Tabela 2 — Ações de Sensibilização no âmbito DFCI

	2006	2018
Ações de sensibilização	376	8 833
Participantes	36 587	99 178

Fonte: DSEPNA

Além da prevenção, a GNR atua também na investigação, naquilo que concerne os incêndios. Conforme afirma Delgado (2017, p.3) “após o incêndio, trabalhamos na investigação das causas”. Com a publicação do DL n.º 22/2006 e da Portaria n.º 798/2006, foi atribuída à GNR a responsabilidade pela investigação das causas dos incêndios florestais. A Portaria 198/2006, no seu art.º 3.º, n.º 5 define que a competência para a investigação das causas dos incêndios florestais é atribuída ao SEPNA, mediante notícia ao Ministério Público dos atos ilícitos que constituam crime. Em 2006 “o CNGF foi extinto e os seus técnicos transitaram para o SEPNA/GNR que atualmente e desde 2006, é a entidade responsável, em primeira instância, pela investigação das causas dos incêndios florestais” (Silva, 2008, p.30).

Delgado (2017) afirma que extin. Santos (2009, p.13) defende que no passado “não se dava muita importância à investigação das causas de incêndios florestais, procurava-se apenas um culpado para o acontecido de forma a ser punido, e nunca direcionado para a prevenção e sensibilização”. Porém, os dados recolhidos no âmbito da investigação das causas de incêndio revelam-se de elevada importância naquilo que concerne o planeamento, a prevenção, a sensibilização e a determinação do risco de incêndio (Silva, 2007).

O serviço desenvolvido neste âmbito da DFCI “acaba por formar um ciclo: se começamos com ações de sensibilização, imediatamente após a época de incêndios voltamos a fazê-lo” (Delgado, 2017, p.3). Durante todo o ano, de acordo com os diferentes níveis de risco de incêndio, o SEPNA vai alternando entre uma fase de maior sensibilização e uma fase de maior fiscalização, apostando sempre na prevenção (Delgado, 2017).

1.7. O Futuro do Pessoal da Carreira de guarda-florestal

Em 2006, aconteceu a transição dos Guardas florestais para o SEPNA, regulado pelo DL n.º 22/2006, que criou no quadro de pessoal civil da GNR a carreira de guarda-florestal. Este DL previa que os lugares ocupados pelo pessoal da carreira de guarda-florestal iriam ser extintos quando vagassem, de acordo com o n.º 3 do art.º 5.º. Ou seja, a carreira de guarda-florestal seria uma carreira a extinguir, quando os efetivos que a constituíam à data passassem para a situação de reforma.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 de 27 de outubro, redige que os incêndios de grandes dimensões que deflagraram em Portugal Continental no ano de 2017 tiveram consequências trágicas ao nível de vidas humanas, habitações, explorações agrícolas, infraestruturas, empresas e autarquias locais, destruição da floresta e dos bens e serviços por ela produzidos. Como consequência, o preâmbulo da referida RCM aponta que

“o Governo resolve adotar um conjunto de medidas sólidas que configuram uma reforma sistémica na prevenção e combate aos incêndios florestais”. Neste sentido, prevê no seu n.º 9 o lançamento de procedimentos concursais para a admissão de, entre outros, pessoal da carreira de guarda-florestal no quadro de civis da GNR.

O preâmbulo da RCM n.º 11-A/2018 explica que o Orçamento do Estado para 2018, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, criou diversas dotações destinadas ao financiamento de despesas com a prevenção e o combate aos incêndios para 2018. Assim, o n.º 2 desta RCM prevê a autorização para a GNR realizar despesas e procedimentos no sentido do recrutamento externo de 200 efetivos para reforço das equipas de Guardas florestais.

Por conseguinte, foi publicado em Diário da República, o Aviso n.º 3055/2019 de 26 de fevereiro, define a abertura de procedimento concursal para o ingresso na carreira e categoria de Guarda Florestal da Guarda Nacional Republicana. Este documento é publicado na sequência das previsões feitas tanto na RCM n.º 157-A/2017 de 27 de outubro, como na RCM n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro. O Aviso n.º 3055/2019 vem definir as condições relativas ao concurso de ingresso na carreira de guarda-florestal da GNR, mais especificamente na categoria de Guarda Florestal.

Nesta perspetiva, o DL n.º 114/2018 veio alterar o estatuto do pessoal da carreira de guarda-florestal, nomeadamente o DL n.º 247/2015. A referida alteração introduziu algumas particularidades relativamente à admissão para a carreira de guarda-florestal na GNR. Desta forma, houve um acrescento ao art.º 25.º, definindo assim o ingresso na carreira e as condições de admissão à mesma.

Assim, constata-se que nos anos mais recentes tem-se vindo a legislar contrariamente ao que foi estipulado pelo DL n.º 22/2006, que visava a extinção da carreira de guarda-florestal na GNR.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

2.1. Introdução

O presente capítulo tem como função a apresentação da metodologia utilizada no decorrer da investigação, assim como a devida justificação das opções tomadas. Da mesma forma, serão também expostos os métodos e os materiais que foram adotados de modo a realizar o trabalho de investigação. Esta vertente assume especial importância para a validade da investigação científica que, tal como afirma Fortin (1999, p.17), é “um processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação.”

2.2. Metodologia e Procedimentos

O presente trabalho foi elaborado em conformidade com as normas e procedimentos definidos pela Academia Militar, conforme o exposto na Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1ª (2016).

No âmbito do procedimento metodológico, foi seguido o método **dedutivo** na realização do presente trabalho. Este método parte do geral para o particular, isto é, através de premissas gerais procura-se uma verdade particular (Freixo, 2012). Lakatos e Marconi (2003, p.92) defendem que “se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira. Toda a informação ou conteúdo fático da conclusão já estava, pelo menos implicitamente nas premissas”. Assim, de acordo com Freixo (2012, p.106), “as conclusões são obtidas a partir das premissas, usando-se o raciocínio lógico e, uma vez encontradas, as conclusões são incontestáveis”.

Na realização da presente investigação optou-se por utilizar uma **abordagem qualitativa**. Segundo Vilelas (2009) o objetivo de uma investigação qualitativa é alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo. Neste âmbito, Carmo e Ferreira (2008, p.96) acrescentam que “a investigação qualitativa é descritiva. A descrição deve ser rigorosa e resultar diretamente dos resultados recolhidos”. De acordo com este autor, os dados incluem, entre outros, **entrevistas e documentos escritos**. Ainda, segundo Fortin (1999, p.148) as pessoas que participam no estudo (entrevistados) possuem uma experiência e um saber pertinente para a investigação.

2.3. Modelo de Análise

O presente subcapítulo apresentará a pergunta de partida e as perguntas derivadas do trabalho de investigação. Foi também elaborado um modelo de análise⁹, com o objetivo de resumir a estrutura da investigação. Quivy e Campenhoudt (2005, p.20) referem que “o primeiro problema que se põe ao investigador é muito simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho”. Assim, surge a necessidade de traduzir o projeto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida, que só se revela útil quando corretamente formulada (Quivy e Campenhoudt, 2005).

Decorrente do tema em estudo, a pergunta de partida (PP) da investigação é a seguinte:

PP: Qual a importância das funções desenvolvidas pelos Guardas florestais no SEPNA?

Esta PP deu origem a várias perguntas derivadas (PD):

PD1: De que forma aconteceu a integração dos Guardas florestais no SEPNA?

PD2: Que consequências resultaram desta integração?

PD3: Como se caracteriza o serviço desenvolvido pelos Guardas florestais?

2.4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

Para a realização da presente investigação foram utilizados variados métodos e técnicas de forma a recolher os dados essenciais para a mesma. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005, p. 25) “os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados”. Na mesma obra, estes autores afirmam ainda que o método se afigura como um dispositivo específico para a recolha de informações.

No início da investigação foram realizadas **entrevistas exploratórias**, com vista a recolher informações acerca do tema. Para Quivy e Campenhoudt, (2005, p.69) “as entrevistas exploratórias têm como função principal revelar determinados aspetos do fenómeno estudado que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras”.

A **análise documental** constitui, também, parte da investigação inerente ao presente trabalho. Carmo e Ferreira (2008) consideram que a análise documental é uma das técnicas de recolha de dados mais utilizada em investigação qualitativa. A análise documental,

⁹ Ver Apêndice A.

segundo Sarmiento (2013, p.27), “é produzida pelo investigador relativamente a fontes primárias, fontes secundárias e fontes bibliográficas.”

Foram ainda realizadas **entrevistas semidiretivas**¹⁰ com vista à recolha de dados para a investigação. Sarmiento (2013) refere que a entrevista se traduz num conjunto de perguntas, denominado de guião, que permite a obtenção de informações. Carmo e Ferreira (2008, p. 142) afirmam que “o objetivo de qualquer entrevista é abrir a área livre dos dois interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo, por consequência, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador”. Para Fortin (1999, p.245) “a entrevista é um modo particular de comunicação verbal, que se estabelece entre o investigador e os participantes com o objetivo de colher dados relativos às questões de investigação”. Nesta investigação optou-se por utilizar a entrevista semidiretiva, neste tipo de entrevista “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.192). Neste sentido, foi elaborada uma carta de apresentação, onde se fez um breve enquadramento do tema do trabalho, e foi construído o guião de entrevista¹¹.

2.5. Contexto de Observação

A fim de completar a presente investigação, a pesquisa e recolha de dados aconteceu durante o período de dezembro de 2018 até abril de 2019, tendo sido realizada em diferentes locais e momentos.

No que respeita à recolha de dados através de análise documental, esta foi realizada na Biblioteca da Academia Militar, na Biblioteca da Escola da Guarda e ainda através de suporte informático, consultando artigos, revistas, legislação, teses de mestrado e plataformas disponíveis online.

Relativamente às entrevistas, estas desenvolveram-se em diferentes locais com diferentes entrevistados, durante os meses de março e abril de 2019, conforme exposto no Apêndice C.

Foi entrevistado o Tenente-Coronel (TCor) Jorge Amado, Chefe da Divisão Técnica Ambiental, e o Major Vaz Alves, Chefe da Repartição da Natureza e Ambiente, e o Sargento Ajudante (SAj) Domingos Vaz, os três da DSEPNA, uma vez que esta é a entidade responsável pelo planeamento e coordenação do SEPNA. Foram também entrevistados o Tenente-Coronel Pedro Reis e o Major Fernando Alves, Chefes da secção SEPNA dos

¹⁰ Ver Apêndice B.

¹¹ Ver Apêndice D.

Comandos Territoriais de Santarém e Lisboa respetivamente, por serem estes os responsáveis por coordenar, controlar e supervisionar toda a atividade operacional do SEPNA nas suas zonas de ação. No âmbito operacional, foram entrevistados o MFP Elmano Silva, o MFP Carlos Gama e o MF Vítor Andrade, pela sua vasta experiência enquanto integrantes da carreira de guarda-florestal no SEPNA.

2.6. Amostragem: Composição e Justificação

Fortin (1999, p.202) define a amostragem como “o procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenómeno, e de tal forma que a população inteira que nos interessa esteja representada”. Neste contexto, a população é “o conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição. Esses elementos têm, obviamente, uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos” (Carmo & Ferreira, 2008, p.209). Quanto à amostra, “é um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população” (Fortin, 1999, p.202). Para Marconi e Lakatos (2003) amostra é uma parcela convenientemente selecionada da população.

Na presente investigação a técnica de amostragem utilizada foi a não probabilística. As amostras não probabilísticas “são selecionadas de acordo com um ou mais critérios julgados importantes pelo investigador tendo em conta os objetivos do trabalho de investigação que está a realizar” (Carmo & Ferreira, 2008, p.210).

2.7. Técnicas de Tratamento e Análise de Dados

Para Marconi e Lakatos (2003, p.27), “analisar significa estudar, decompor, dissecar, dividir, interpretar”. A análise dos dados revela elevada importância, já que é esta que “vai permitir observar os componentes de um conjunto, perceber suas possíveis relações, ou seja, passar de uma ideia chave para um conjunto de ideias mais específicas, passar à generalização e, finalmente, à crítica” (Marconi e Lakatos, 2003, p.28). A análise de dados permite guiar o investigador e “dá-lhe pistas sobre o que lhe resta descobrir sobre o fenómeno em estudo” (Fortin, 1999, p.306). Marconi e Lakatos (2003) consideram que as relações e correlações entre os dados obtidos constituem o cerne da análise de dados.

A análise documental efetuada serviu de base à presente investigação e proporcionou a construção daquilo que é o enquadramento teórico do tema estudado, permitindo, assim, funcionar como um ponto de partida para o desenvolvimento da restante investigação.

No que respeita à análise das entrevistas, optou-se por apresentar uma análise de conteúdo das mesmas. Segundo Quivy e Campenhoudt (2005), a análise de conteúdo “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade (...) e permite satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico”. Assim, irá ser feita uma análise qualitativa das entrevistas, através de quadros, que apresentam “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados” (Guerra, 2006, p. 73).

CAPÍTULO 3

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo visa a apresentação das ideias chave captadas pelo autor durante o trabalho de campo. Assim, é feita a apresentação, análise e discussão dos dados obtidos, fazendo uma comparação com aquilo que foi abordado no Capítulo 1, o enquadramento teórico. Para este feito, são apresentadas tabelas de análise qualitativa das entrevistas, com os pontos principais das mesmas. As questões foram apresentadas, analisadas e discutidas individualmente, de forma a facilitar a compreensão das mesmas.

3.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1

Esta questão tem como objetivo estabelecer uma comparação entre a área territorial ocupada pelo pessoal da carreira florestal antes e depois de integrarem o SEPNA, assim como perceber se esta é adequada face à dimensão do território nacional.

No que respeita à primeira questão, existe alguma divergência nas opiniões dos entrevistados, resultantes também da forma como cada um viveu e percecionou esta mudança. Primeiramente, importa referir que a área territorial de atuação do pessoal da carreira de guarda-florestal corresponde à área territorial de atuação da GNR, uma vez que as EPF se encontram colocadas nos vários DTer da GNR conforme analisado no Capítulo 1, nomeadamente através da NEP n.º 01/CO/DSEPNA/2011. Neste sentido, em termos de área territorial coberta não aconteceram mudanças, ou seja, esta manteve-se (E3, E5, E6, E7 e E8). Destaca-se a dispersão e implantação territorial da GNR (E1 e E2) como algo que potenciou a maior amplitude de intervenção do pessoal da carreira de guarda-florestal ao longo do território nacional. Contudo, os Guardas florestais tiveram opção de escolher o seu centro de atividade funcional, o que resultou em unidades com muitos Guardas florestais e outras com poucos (E1), facto este que leva a que a dispersão territorial não seja uniforme. No âmbito da DFCI, releva a transição dos Guardas florestais para o interface urbano-florestal (E2), definido por Butler (1974), e onde se verifica que os incêndios são cada vez mais comuns, conforme refere Ribeiro (2016), razão pela qual merece uma maior atenção.

A análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 1 — Análise das respostas à questão n.º 1

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) aumentou (…)”	— “(…) a GNR está em todo o lado, embora o CNGF também estivesse, mas se calhar não tinha a implantação territorial que a GNR tem e a capacidade (…)” — “(…) houve aqui um dado que esteve em cima da mesa, não afastar os Guardas florestais de casa, o que acontece é que existem unidades com muitos Guardas florestais e outras com poucos (…)”
E2	“(…) alargou a área territorial (…)”	— “(…) deixaram de estar confinados apenas a espaços florestais e aos rios, onde antigamente era feita a pesca, mais para se habituarem ao interface urbano-florestal, principalmente no que diz respeito ao DL n.º 124/2006 (SDFCI), em que os Guardas florestais passaram a ter uma maior proximidade na fiscalização às habitações, tendo aumentado o seu leque de interferência territorial.”
E3	“(…) penso que não seria muito diferente (…)”	— “Desconheço na totalidade a área de intervenção do efetivo da carreira florestal antes de ter ingressado na estrutura da Guarda Nacional Republicana (…)” — “Face às novas exigências que são colocadas à instituição Guarda Nacional Republicana, nunca é de mais (…)”
E4	“Não se manteve (…)”	— “(…) com a transição estes elementos perderam prestígio e capacidade de intervenção (…)”
E5	“Sim (…)”	— “(…) por imposição legal os mesmos ficaram com as mesmas atribuições que tinham da extinta Guarda Florestal.” — “Em termos de missões é adequada (…)”
E6	“(…) tem sido sempre a mesma (…)”	— “(…) não é adequada face à dimensão do território nacional (…)” — “(…) não permitiu que os Guardas florestais atuassem no âmbito da legislação ambiental potenciando e aproveitando essa capacidade onde as EPF estavam sediadas.”
E7	“(…) é igual (…)”	— “Indubitavelmente, a área coberta pela atividade desenvolvida é deficitária (…)”
E8	“(…) manteve-se as áreas de atuação (…)”	— “(…) antes de 2006, ano da integração, cada zona do país tinha um trabalho mais específico dependendo das zonas em que cada um se encontrava (…)” — “(…) como recebemos ocorrências através da linha SOS (…) o nosso trabalho fica mais disperso e direcionado para resposta (…)” — “(…) poucos efetivos face ao território nacional.”

Fonte: Autor

3.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2

O objetivo desta questão é perceber a forma como aconteceu a integração dos Guardas florestais no SEPNA ao nível operacional assim como a razão para tal ter acontecido.

A integração do pessoal da carreira de guarda-florestal no SEPNA da GNR ocorreu mediante o DL n.º 22/2006, este estabeleceu ainda as condições em que ocorreu a referida integração. A decisão foi tomada por parte do Governo (E7), sem que houvesse influência

da GNR (E1). As razões apontadas para esta integração ter ocorrido foram a potenciação tanto dos Guardas florestais como da DFCI (E1), assim como a falta de efetivos e de estruturas de apoio no DGRF (E8). Também o facto de existirem demasiadas entidades intervenientes na DFCI (E2) e assim, em vez de manterem as duas estruturas, potencia-se uma mais ampla no país que consegue correlacionar todas estas missões (E1). Sublinha-se ainda a redução dos custos operacionais e a partilha de conhecimentos (E3). Assim, O SEPNA ganha relevo e aumenta a sua capacidade de intervenção, conforme refere Fernandes (2013).

No que respeita à integração propriamente dita, a maioria dos entrevistados refere as dificuldades inerentes a um processo deste género, potenciados por alguma incerteza na altura que aconteceu. Inicialmente, não eram conhecidas algumas condições, os Guardas florestais em particular, não estavam preparados (E7), não sabiam se a sua passagem para os quadros de pessoal civil da GNR traria algumas contrapartidas (E2), o que levou a que muitas questões sem resposta fossem feitas pelo pessoal da carreira de guarda-florestal (E4). Naquilo que concerne a GNR, foram difundidas poucas informações aos comandantes, o que dificultou este processo (E4). De salientar ainda que a integração não ocorreu de forma uniforme em todo o país (E6), tendo havido casos em que esta se deu normalmente e outros que levaram mais tempo a conseguir operar esta adaptação. No geral, a integração correu bem (E1), o que foi verificado no caso particular dos incêndios florestais, em que o ICNF (2014) constatou que se deu um aumento significativo das ocorrências investigadas.

A análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 2 — Análise das respostas à questão n.º 2

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) acho que correu bem (…)”	— (….) a razão foi, precisamente, potenciar os Guardas florestais (….)” — “(…) em vez de manterem as duas estruturas, há uma estrutura muito mais ampla no país que consegue correlacionar todas estas missões (….)” — “(…) quiseram apostar mais no SEPNA também lhes dando mais competências na área da floresta (….)” — “(…) a intenção do processo de integração foi precisamente potenciar a DFCI.” — “(…) a decisão foi do governo não houve influência nenhuma da GNR.”

E2	“(…) estes processos nunca são fáceis (…)”	<p>— “(…) nunca é fácil uma organização deixar de existir, e neste caso, o CNGF deixaria de existir (…)”</p> <p>— “(…) na altura não se sabia muito bem quais as regalias que iriam deixar de ter, aquilo que seriam as contrapartidas da sua integração no SEPNA (…)”</p> <p>— “(…) com o passar do tempo, foram também aumentados com a cultura institucional que há na GNR (…)</p> <p>— “(…) existiam demasiadas entidades intervenientes na DFCI”</p> <p>— “(…) houve uma RCM, na sequência dos incêndios de 2005, em que surgiu a imposição de uma série de medidas, que contemplavam o reajuste de todas as entidades que intervinham ao nível da DFCI (…)”</p> <p>— “(…) fruto também desses grandes incêndios aconteceu este processo de integração dos Guardas florestais no SEPNA (…)”</p> <p>— “(…) uma potenciação de sinergias, em que competências que estavam em diferentes organismos foram alocadas ao SEPNA (…)”</p>
E3	“(…) penso ter sido uma integração muito pacífica.”	<p>— “Não me encontrava na estrutura do SEPNA, aquando da integração dos elementos da carreira florestal (…)”</p> <p>— “(…) para existir uma maior harmonização e contenção de meios (…)”</p>
E4	“Correu francamente mal (…)”	<p>— “(…) foram difundidas muito poucas recomendações aos Comandantes de Grupo Territorial na altura (…)”</p> <p>— “(…) muitas questões sem resposta foram feitas pelos elementos que integraram na GNR (…)”</p> <p>— “(…) a GNR não promoveu o necessário acompanhamento formativo e doutrinário nesta área específica, nomeadamente florestal, caça e pesca, e investigação de incêndios</p> <p>— “(…) ao longo dos anos foi-se conseguindo recompor o mau início.”</p>
E5	“(…) tem sempre as suas resistências (…)”	<p>— “Para além do mais juntou-se civis aos militares, recursos humanos com característica muito distintas.”</p> <p>— “(…) foi uma tentativa do Governo poder trazer algum controlo a atividade destes elementos.”</p>
E6	“(…) a integração não foi uniforme (…)”	<p>— “(…) a implementação de políticas <i>top down</i> são rapidamente exequíveis (…)”</p> <p>— “(…) casos em que a integração não correu bem, nomeadamente com a não atribuição de missão operacional no exterior, a retirada de veículos das equipas (…)”</p> <p>— “(…) em muitos locais a integração correu normalmente, não tendo sido retirados nenhum dos recursos que haviam trazidos e no dia seguinte estavam no terreno no desempenho efetivo das suas funções (…)”</p> <p>— “(…) natural redução de custos operacionais, com o aumento da fiscalização, aquisição e partilha de informação operacional, ganhos na eficácia e na eficiência.”</p>
E7	“(…) não se pode falar numa total integração (…)”	<p>— “Dada a sensibilidade do assunto, o acompanhamento e evolução do processo deveria ter sido cuidado, monitorizado e conduzido de perto pela hierarquia superior (…)”</p> <p>— “(…) os Guardas florestais não estavam preparados para serem integrados numa hierarquia militar (…)”</p> <p>— “(…) nem a GNR estava preparada para receber uma polícia civil dotada de uma forte componente técnica de matérias específicas (…)”</p> <p>— “(…) foi uma opção política (…)”</p>

E8	“(…) a integração não foi boa (…)”	— “(…) sinto que passamos ao lado dos comandos, quer nos Destacamentos Territoriais quer no Comando Geral (…)” — “(…) falta de efetivos e por falta de estruturas de apoio(…) na DGRF nem um gabinete tínhamos, a viatura eu trazia para casa (…)”
-----------	------------------------------------	---

Fonte: Autor

3.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3

Esta questão visa perceber as principais mudanças que se verificaram face à integração dos Guardas florestais no SEPNA.

Esta integração resultou numa maior capacitação da GNR (E1), como se observou através da análise do DL n.º 22/2006, que atribui à GNR, não só as missões do antigo CNGF (E5), mas também os seus recursos humanos, tendo resultado diversas alterações de legislação (E3). No que diz respeito à GNR ocorreram algumas mudanças, principalmente ao nível administrativo (E2). Verificou-se uma mudança com a integração do pessoal da carreira de guarda-florestal, uma vez que estes passaram a integrar a carreira de civis, mas em funções operacionais, algo novo para a GNR (E2). Também é de ressaltar, como facto novo para os comandantes na GNR, que o estatuto civil dos Guardas florestais dita que o empenhamento destes em horário superior ao seu horário habitual terá de ser remunerado e proposto ao escalão superior (E1 e E2).

Todos os entrevistados apontam a maioria das mudanças como mais-valias, sendo que a GNR passou a ter também a parte florestal sobre sua responsabilidade (E1) e os Guardas florestais passaram a ter um local de apoio (E8). Estas mudanças resultaram numa melhoria na fiscalização que se tem vindo a denotar (E4). Consequentemente, o SEPNA ganha relevo e aumenta a sua capacidade de intervenção, conforme refere Fernandes (2013).

A análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 3 — Análise das respostas à questão n.º 3

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) uma maior capacitação da GNR (…)”	— “(…) mantivemos as equipas exatamente como tínhamos o SEPNA, ou seja, cada DTer tem uma equipa do SEPNA e o que nós fizemos foi em cada DTer previmos uma EPF (…)” — “(…) eles se tiverem numa ação de 8 horas e fizerem mais horas têm de ser pagos (…)” — “(…) o SEPNA, tinha valência da natureza, ambiente, educação ambiental e a parte sanitária passou a ter também a parte florestal (…)” — “(…) houve algumas mudanças mais a nível administrativo (…)”
E2	“As principais mudanças devem ser vistas sob dois	— “Com a integração dos Guardas florestais passaram a integrar a carreira de civis, mas em funções operacionais, e logo aí teve de se

	prismas (...) na instituição GNR e na atividade dos Guardas florestais (...)”	adaptar principalmente no que diz respeito aos comandantes territoriais (...)” — “(...) neste sentido houve aqui uma série de mudanças, principalmente no que diz respeito à avaliação (...)” — “(...) teve de existir uma sensibilização, uma mudança de opinião ao nível das populações rurais, para lhes tentar passar a mensagem de que a partir daquele momento os Guardas florestais eram também elementos da GNR.” — “(...) há uma necessidade de previamente, a GNR saber o número de horas em que vão ter intervenção ao nível do terreno, horas extraordinárias, para fazer a proposta de utilização dos mesmos (...)”
E3	“(...) muitas alterações legislativas surgiram (...)”	— “A GNR recebeu de braços abertos os elementos da carreira florestal (...)” — “(...) integrou-os e reajustou-se à realidade e hoje penso que existe uma coabitação quase perfeita.”
E4	“Desvinculou-se a fiscalização da caça e pesca (...)”	— “A fiscalização do regime de florestação e reflorestação também foi afetado.” — “Nos últimos anos estas ações de fiscalização têm vindo a melhorar.”
E5	“Mudou o peso da GNR no SDFCI (...)”	— “(...) absorvemos as competências do CNGF que eram exercidas em todo o território nacional continental”
E6	“(...) a falta de liberdade e mobilidade operacional que caracterizava as equipas do CNGF (...)”	— “No campo da investigação criminal de incêndios florestais os Guardas florestais deixaram de fazer os inquéritos delegados pelo Ministério Público (...)” — “Os casos da má integração ainda hoje se vêm as consequências, pois o ânimo que traziam foi quebrado e muitos nunca mais conseguiram recuperar (...)”
E7	“(...) relegando a atividade dos Guardas florestais para um plano inferior (...)”	— “(...) a experiência técnica e policial adquirida ao longo de mais de um século e transmitida de geração em geração, foi relegada para segundo plano, o que se veio a demonstrar devastador, no plano emocional e consequentemente profissional, de cada elemento do extinto CNGF.”
E8	“Passamos a ter um local de apoio (...)”	— “(...) maior rotatividade entre colegas, no passado estávamos integrados numa brigada e trabalhávamos sempre os mesmos (...)” — “(...) em termos informáticos, apesar de serem bastante débeis, ainda os vamos tendo (...)”

Fonte: Autor

3.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4

Esta questão tem como objetivo perceber se a integração dos Guardas florestais no SEPNA resultou numa maior prevenção de ilícitos ambientais, concretamente no âmbito da caça, pesca e floresta.

A integração do pessoal da carreira de guarda-florestal no SEPNA contribuiu para uma maior prevenção de ilícitos ambientais (E1, E2, E3 e E8) nas áreas em que estes atuam, a caça, pesca e floresta, conforme explanado no despacho n.º 53/09 do Comando Geral, analisado no Capítulo 1. A principal matéria onde se denotou a intervenção dos Guardas

florestais foi ao nível da floresta (E2 e E3), não obstante, estes apresentam um grande *know how* nas áreas da caça, pesca e floresta (E1).

Apesar de a GNR já intervir na caça e na pesca anteriormente, com a experiência que os Guardas florestais trouxeram passou a haver uma maior robustez na fiscalização (E2). De salientar as enormes vantagens obtidas através do trabalho em conjunto de Guardas florestais e militares e da partilha de conhecimentos (E5). Contudo, o E6 salienta ainda que houve locais em que a integração não foi tão bem sucedida, e isso resultou que o volume de trabalho desenvolvido ao nível da prevenção tenha diminuído.

Esta análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 4 — Análise das respostas à questão n.º 4

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Contribuiu claramente (...)”	— “(...) foi realmente uma mais valia virem para a GNR.” — “(...) na caça, pesca e floresta, onde eles atuam e têm um grande <i>know how</i> (...)” — “(...) contribuiu claramente para uma maior capacidade de prevenção dos ilícitos ambientais e também da fiscalização e investigação.”
E2	“(...) julgo que foi benéfico (...)”	— “(...) nos domínios da caça e pesca havia já alguma intervenção por parte da guarda, mas que com a experiência que os Guardas florestais trouxeram passou a haver uma maior robustez na fiscalização (...)” — “(...) partilha de conhecimentos que permite uma maior robustez na altura da fiscalização (...)” — “Ao nível da floresta, aí sim, eu penso que foram ganhos elevadíssimos (...)”
E3	“(...) aumento da eficácia (...)”	— “(...) muitas alterações legislativas estão a surgir, nomeadamente no que diz respeito a áreas arborizadas, sendo natural um aumento da eficácia por parte da GNR nestas áreas.”
E4	“Não.”	— “O quadro tem vindo a envelhecer (...)” — “(...) o conceito de patrulha mista nunca teve sucesso.” — “(...) é necessário mais e melhor formação, mais elementos e meios auto.”
E5	“Considero que sim (...)”	— “(...) os Guardas florestais passaram a estar junto com os militares do SEPNA (...)” — “(...) aumentou o número de efetivos e meios materiais para fazer face a estas atividades.”
E6	“Manteve (...)”	— “(...) nos locais onde a integração ocorreu sem constrangimentos o volume de trabalho manteve os números que o CNGF já trazia do passado.” — “Nos locais onde a integração não foi boa, os números baixaram (...)”
E7	“Não (...)”	— “(...) espelhada na paisagem natural cada vez mais degradada e adulterada do país por ação de agentes bióticos e abióticos (...)”
E8	“Sim, considero (...)”	— “(...) se houver (...) patrulhamento misto, militares e EPF (...) abrange-se um leque grande de serviço (...)”

		— “(...) nós temos maiores conhecimentos quer na caça, pesca, arvoredo e investigação de causas de incêndios florestais (...)”
--	--	--

Fonte: Autor

3.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5

Com esta questão pretende-se compreender de que forma os Guardas florestais no SEPNA são percecionados por parte da população.

Nesta questão, foi possível observar que houve uma grande variedade de respostas diferentes. No entanto, a maioria concordou que o sentimento da população relativamente aos Guardas florestais no SEPNA é, no conto geral, bom. Destacando-se o facto de se considerar existir ainda alguma desinformação por parte da população, já que grande parte não obteve a informação de que a extinção do CNGF não foi uma extinção das suas competências, uma vez que estas passaram para o SEPNA da GNR (E2). Como consequência, e principalmente depois dos incêndios de 2017, a sociedade veio exigir o regresso dos Guardas florestais (E6), num clima de incompreensão pelo seu quase total desaparecimento (E7). Numa tentativa de contrariar esta tendência, a GNR, nas suas apresentações públicas passa sempre a imagem dos Guardas florestais quando se fala do SEPNA, isto é, verifica-se um esforço por parte da instituição para que a população se aperceba que os Guardas florestais fazem parte da GNR, mais especificamente do SEPNA (E1). Apesar disto, o respeito pelos elementos da carreira de guarda-florestal perdurou (E4), já que as pessoas nas áreas rurais reconhecem a importância dos Guardas florestais na preservação da natureza e do ambiente (E6).

Esta análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 5 — Análise das respostas à questão n.º 5

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Acho que é bom (...)”	<p>— “(...) o SEPNA talvez seja dos serviços mais acarinhados na sociedade e os Guardas florestais fazem parte do SEPNA.”</p> <p>— “(...) embora as pessoas ainda os vejam como Guardas florestais muitas vezes (...)”</p> <p>— “(...) nas apresentações públicas da GNR, quando se fala do SEPNA passa sempre a imagem dos Guardas florestais para que as pessoas percebam realmente que eles fazem parte da GNR.”</p> <p>— “Há um esforço enorme da GNR em passar esta imagem, muitas vezes é difícil. É uma vontade nossa, e temos feito um esforço grande para passar esta imagem.”</p>

E2	“(…) ainda existe muita desinformação na sociedade (…)”	— “(…) eu julgo que as pessoas não perceberam que esta extinção do CNGF não é uma extinção das suas competências, das suas missões, porque alguém ficou com as suas missões, esse alguém foi o SEPNA (…)” — “(…) eu creio que as pessoas, principalmente do mundo rural, conseguem ver patrulhas mistas de Guardas florestais e militares do SEPNA e conseguem perceber a mais valia da integração destes no SEPNA.”
E3	“Pacífica.”	- “Não tenho opinião formada referente a esta questão.”
E4	“(…) o respeito perdurou.”	— “(…) porém, com a transição, estes elementos perderam prestígio (…)” — “Cada vez mais a memória vai-se perdendo por falta de visibilidade operacional, pois o emprego dos mesmos tem-se vindo a substituir pelos militares do SEPNA.”
E5	“(…) veio trazer mais disciplina (…)”	— “Elementos da sociedade que trabalham para o sector das florestas (…)”
E6	“Se a política nos quis extinguir, a sociedade veio exigir o contrário (…)”	— “(…) as pessoas nas áreas rurais sempre viram e reconhecem a importância dos Guardas florestais na preservação e aplicação da Lei (…)” — “Este sentimento viu-se reconhecido com a tragédia de 2017 (…)”
E7	“(…) incompreensão pelo seu quase total desaparecimento (…)”	— “(…) numa época em que é mundialmente assumida uma preocupação com os efeitos nefastos causados no planeta, resultantes da agressão por omissão e ação negligente, acidental ou dolosa do homem à natureza (…)” — “(…) a maioria dos países evoluídos do mundo, conferem um estatuto profissional digno e capaz de granjear o reconhecimento e admiração da sociedade civil (…)”
E8	“(…) tem a ideia que os Guardas florestais viviam na floresta para a floresta (…)”	— “(…) a Guarda Florestal tinha funções técnicas, medições de árvores, acompanhamento de cortes, etc.” — “(…) mais tarde ficando única e exclusivamente com a parte policial deixando de lado a parte técnica (…)”

Fonte: Autor

3.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6

A presente questão visa apurar a importância do estatuto de órgão de polícia criminal atribuído ao pessoal da carreira de guarda-florestal, nomeadamente quanto ao seu estatuto e atividade operacional.

Conclui-se que a consolidação dos Guardas florestais enquanto OPC é claramente importante no desempenho das suas funções (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8). Embora tenham o estatuto civil, os Guardas florestais são OPC, conforme analisado no Capítulo 1 através do DL n.º 247/2015. Este estatuto constata-se nas áreas específicas da caça, pesca e floresta, onde representa uma grande mais valia (E1, E2 e E5). O facto de serem OPC permite-lhes intervir nas diversas áreas, quer quando atuam sozinhos (E1), quer quando atuam juntamente com os militares do SEPNA, beneficiando assim de igual estatuto (E2).

Nos casos em que atuam sozinhos, o facto de serem considerados OPC, vem permitir-lhes, por exemplo, a entrada em propriedades privadas no domínio de crimes (E2).

Esta situação revela especial importância junto dos Tribunais e do Ministério Público (E8) na prossecução da investigação criminal, tal como afirma Fernandes (2013). Contudo, tanto os Tribunais como o Ministério Público continuaram a receber os autos de notícia e a realizar a Justiça como sempre haviam feito (E6). Naquilo que respeita ao estatuto dos Guardas florestais esta clarificação enquanto OPC veio reforçar o ânimo das fileiras e contribuir para uma imagem profissional junto da sociedade (E6).

Esta análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 6 — Análise das respostas à questão n.º 6

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Claramente.”	— “É bom que eles tenham essa força, porque quando são atribuídos a missões onde atuam sozinhos têm de ter a força da lei (...)” — “Os Guardas florestais são OPC, são polícia florestal, embora tenham o estatuto civil e tenham de se reger por ele (...) estão capacitados como OPC nestas áreas específicas.”
E2	“(...) é bastante importante (...)”	— “(...) consegue intervir em diversas áreas com militares do SEPNA, em situação de igual estatuto (...)” — “(...) é benéfico em algumas situações, principalmente no domínio do crime em que permite também a entrada em propriedades privadas, o que parece que foi bem conseguido.”
E3	“Sim.”	— “(...) face à atividade desenvolvida pelos mesmos, nomeadamente no âmbito da caça, é de todo uma mais valia que estejam investidos como órgão de polícia criminal.”
E4	“Sim.”	— “(...) principalmente nas situações crime das áreas específicas (...)”
E5	“Sem dúvida (...)”	— “(...) sem este seriam uma mera polícia administrativa (...)” — “(...) não daria a força e a relevância da GNR na área das florestas caça e pesca.”
E6	“Sim, claro que sim.”	— “(...) esta clarificação veio reforçar o ânimo das fileiras e contribuir para uma imagem profissional junto da sociedade.” — “Em termos operacionais nada de relevante se modificou, os Tribunais e o Ministério Público continuaram a receber os autos de notícia e a realizar a Justiça como sempre haviam feito (...)”
E7	“Sem dúvida (...)”	— “Não podemos esquecer que no exercício das suas funções os guardas Florestais enfrentam desde indivíduos armados (...)” — “(...) Órgão de Polícia criminal com tão vasto e importante conteúdo funcional (...)”
E8	“Sim (...)”	— “Não diria que é importante a nível estatutário, mas sim a nível operacional (...)” — “(...) é importante (...) na própria maneira como os tribunais nos vêm (...)”

Fonte: Autor

3.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7

O objetivo da questão n.º 7 é compreender se os meios humanos, isto é, o pessoal da carreira de guarda-florestal, e os seus meios materiais se revelam adequados para o cumprimento da missão adstrita.

Todos os entrevistados foram consensuais ao responder que nem a quantidade de Guardas florestais nem os seus meios materiais se revelam adequados. Constatou-se no Capítulo 1, recorrendo à Figura 2, que dos 491 elementos que integraram a GNR em 2006, apenas 286 se mantêm na carreira, o que significa uma redução de meios humanos de cerca de 200 unidades. Este dado é apontado como fruto das sucessivas saídas de Guardas florestais para a situação da reforma (E6 e E8). Apesar do ingresso de 200 novos Guardas florestais previsto (E2) e a abertura de concurso através do Aviso n.º 3055/2019, este número não é suficiente para colmatar as falhas (E6 e E8).

Naquilo que diz respeito aos recursos materiais, são necessárias mais viaturas, devido ao número de anos e quilómetros das mesmas (E2) e à sua grande rapidez de degradação, tendo em conta o piso em que são utilizadas (E1, E2 e E6). De destacar que algumas das viaturas em que circulam as EPF, assim como outro material, é o mesmo que à data da integração possuíam na DGRF (E6 e E7). De referir ainda a necessidade de mais e melhores meio informáticos (E1 e E6), como meios online para acesso a base de dados (E1) e acesso a meios GPS (E6).

Como consequência desta carência de recursos, não é feita a abordagem aos ilícitos ambientais da forma que a tutela pretenderia (E2). A falta de meios humanos e materiais é apontada pelos entrevistados como a maior falha ao nível da carreira de guarda-florestal, contribuindo de forma muito relevante para uma atuação menos eficiente do que aquilo que seria pretendido. Pelo que se conclui que são necessários mais elementos e meios auto (E4 e E5).

Esta análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 7 — Análise das respostas à questão n.º 7

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Não, porque nunca é adequada (...)”	— “Faltam meios, mais viaturas são precisas porque elas têm um grande desgaste, nomeadamente na missão do SEPNA (...) o desgaste das viaturas ainda é maior (...)” — “(...) estamos em aquisição de alguns meios, nomeadamente <i>tablets</i> , equipamento de investigação está previsto adquirir mais, que são poucos, e essencialmente mais meios técnicos (...)”

		— “(...) fazem bastante falta os meios <i>online</i> para que no lugar da ação possamos ter acesso a bases de dados, a autos, a sistemas de apoio à intervenção (...)”
E2	“(...) a quantidade é diminuta (...)”	— “(...) não permite fazer aqui uma abordagem aos ilícitos ambientais da forma como a tutela pretenderia.” — “(...) foi agora também, face aos grandes incêndios de 2017, verificado este facto, daí que já no decorrer deste ano a GNR vá receber uma nova incorporação (...)” — “(...) se houvesse um completamento da estrutura do SEPNA, à medida que fosse saindo um guarda florestal fosse integrado um elemento novo na estrutura do SEPNA, poderíamos corrigir aqui esta quantidade (...)” — “Os meios materiais (...) são insuficientes para a atividade.” — “(...) viaturas com já bastantes anos e km (...)”
E3	“(...) são sempre escassos (...)”	— “(...) nunca é de mais um acréscimo de recursos humanos, desde que estes sejam bem aproveitados.” — “(...) os meios humanos e materiais são sempre escassos, mas os suficientes para levar a cabo a missão atribuída a estes elementos.”
E4	“Não.”	— “(...) é necessário mais elementos e meios auto.” — “As sucessivas alterações legislativas relativas as matérias ambientais exigem um grande esforço por parte dos elementos fiscalizadores (...)” — “(...) o quadro orgânico existente é neste momento escasso, assim como os meios autos, que se encontram obsoletos ou em quantidade insuficiente.”
E5	“Não.”	— “(...) recursos humanos envelhecidos e em número reduzido.” — “(...) meios materiais muito velhos e obsoletos (...)”
E6	“Claramente que não.”	— “(...) estes 200 novos Guardas florestais mal chegam para colmatar as saídas para a situação de reforma ocorridas desde 2006, sendo de vital importância que novos concursos venham a abrir no futuro (...)” — “No que diz respeito aos meios materiais muito há a fazer (...)” — “É imperioso dotar dos meios técnicos e materiais que a tecnologia atual permite (...)”
E7	“Completamente desadequados.”	— “(...) desde a admissão de 500 elementos em 1987, que já na época não colmataram totalmente as necessidades e o efetivo reposto até hoje é cerca de uma centena (...)” — “(...) as viaturas em que circulam as EPF são as mesmas que trouxeram da DGRF.”
E8	“(...) sempre fomos poucos e vamos continuar poucos (...)”	— “(...) vão entrar este ano duzentos elementos, mas estão duzentos ou mais perto da idade da reforma (...)” — “(...)na minha opinião, os que vão entrar depressa vão sair, visto que o salário é bastante inferior ao de um militar (...)”

Fonte: Autor

3.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8

Com esta questão pretende-se perceber se todo o trabalho desenvolvido pelos Guardas florestais ao nível dos incêndios, desde a prevenção operacional, a validação e

medição de área ardida e a investigação, se configura como função adequada para os mesmos.

As respostas obtidas são consensuais, sendo que esta missão que lhes é atribuída através do DL n.º 247/2015, adequa-se aos Guardas florestais (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8), assentando claramente naquilo que são as suas tarefas (E2). O pessoal da carreira de guarda-florestal já trazia esta experiência e é perito nesta área (E2 e E5), principalmente porque eram competências que já lhes estavam atribuídas antes de integrarem o SEPNA da GNR, como se pôde observar no subcapítulo 1.2. O pessoal da carreira de guarda-florestal é especialmente empenhado na medição de área ardida e na investigação das causas de incêndios, conforme especificado pela GNR no despacho n.º 53/09 do Comando Geral, sendo claramente adequado, até porque é uma das missões específicas para as quais eles são OPC (E1). Eles adquiriram este conhecimento ao longo dos já muitos anos que se dedicam à validação e investigação das causas dos incêndios rurais (E3).

Contudo, o E6 realça que, apesar destas tarefas serem adequadas, as capacidades dos efetivos da carreira de guarda-florestal deveriam ser melhor rentabilizadas, empenhando-os também noutras áreas com maior frequência.

A experiência e conhecimento dos Guardas florestais nesta área é de tal forma reconhecido e valorizado que, muitas vezes, quando são pedidas pessoas para dar formações específicas nestas áreas, os Guardas florestais são os nomeados (E1).

Esta análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 8 — Análise das respostas à questão n.º 8

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Claramente.”	<p>— “Eles são peritos nesta área.”</p> <p>— “Fazem muito esta área, são especialmente empenhados na medição de área ardida, na investigação de incêndios e é claramente adequado porque é uma das missões específicas para as quais eles são OPC (...)”</p> <p>— “São empenhados aí e têm feito um trabalho espetacular, muito bom e é de realçar (...)”</p> <p>— “Quando são pedidas pessoas para dar formações específicas nestas áreas, muitas vezes vão os Guardas florestais porque têm um grande <i>know how</i> e formação nestas áreas.”</p>
E2	“(...) assenta mesmo nas tarefas dos Guardas florestais (...)”	<p>— “(...) o trabalho é bastante adequado para os Guardas florestais (...)”</p> <p>— “(...) já vieram com esta experiência (...)”</p>
E3	“Sim (...)”	<p>— “A prevenção é essencial (...) em áreas tão sensíveis como é a segurança e preservação do património.”</p> <p>— “(...) adquiriram um conhecimento ao longo dos já muitos anos que se dedicam à validação e investigação das causas dos incêndios rurais.”</p>

E4	“Sem dúvida que sim.”	— “(...) no entanto a falta de efetivos e meios auto não tem permitido o cumprimento da missão em pleno.”
E5	“Sim (...)”	— “(...) é aqui que são especialistas e onde possuem uma vasta experiência extremamente útil para a GNR.”
E6	“(...) é adequada (...)”	— “(...) estas capacidades constituíam uma mais-valia que não foi aproveitada pela estrutura (...)” — “(...) o trabalho desenvolvido é muito limitada às reais capacidades do efetivo e do que ele pode dar no futuro.”
E7	“Sim (...)”	— “(...) um potencial de técnicos extremamente habilitados e indubitavelmente dos mais experientes do país nestas matérias, com provas dadas ao longo de cerca de 3 décadas (...)”
E8	“Sim, considero que sim (...)”	— “(...) porém, equipamentos informáticos muito antigos (...) não dá para trabalhar com os GPS (...)” — “(...) os equipamentos são os mesmos aquando da nossa integração de 2006.”

Fonte: Autor

3.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9

A presente questão tem como objetivo analisar a importância atribuída ao policiamento de proximidade de forma a obter um profundo conhecimento do terreno e das populações, como variáveis conducentes à prevenção especialmente direcionada para áreas de risco.

O policiamento de proximidade é entendido como uma enorme mais valia, ao qual se atribui uma importância extrema (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8). Desde logo, o facto de se inserirem nos níveis mais baixos da estrutura da GNR, permite um contacto muito direto com as populações (E1). A GNR vem a demonstrar sensibilidade para este tipo de patrulhamento já desde os anos 90 (E3), porém, ao direcioná-lo para a proteção da natureza e do ambiente permitiu obter alguns benefícios (E2). Esta estratégia era também utilizada pelos Guardas florestais antes de integrarem o SEPNA, pelo que foi apenas uma continuação deste trabalho que já vinha a ser desenvolvido (E6).

O policiamento de proximidade considera-se benéfico tanto para a GNR como para a população. Permite o esclarecimento de dúvidas da população, mas também criam uma empatia que pode resultar na pesquisa de informações para a GNR, na investigação de um crime de incêndio por exemplo (E2), ou seja, a GNR sente as necessidades das pessoas e estas colaboram mais com a instituição (E3), principalmente na DFCI e na proteção florestal (E1). Este conhecimento possibilitará o planeamento e execução de medidas adequadas e capazes da resolução dos problemas locais diagnosticados (E7) e orientar os recursos da GNR (E5).

O policiamento de proximidade realizado pelos militares e pessoal da carreira de guarda-florestal do SEPNA revela-se essencial, principalmente para o conhecimento da população (E2) e das várias áreas de risco no país, o que permite uma prevenção mais direcionada ao território, aos problemas e aos atores (E6), indo ao encontro do defendido por Verde e Zêzere (2017).

Esta análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 9 — Análise das respostas à questão n.º 9

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“A importância que atribuo é muito alta.”	— “Têm contacto muito direto com as populações, porque estão inseridos nos níveis mais baixos da estrutura da GNR (...)” — “(...) um contributo enorme que eles têm dado neste policiamento de proximidade da floresta, na DFCI e da proteção florestal (...)”
E2	“(...) veio trazer aqui algum benefício (...)”	— “(...) passaram a ter mais proximidade do cidadão, passaram a andar em aldeias, fazer sensibilização (...)” — “Esta tentativa de aproximar-se à comunidade local parece-me que a sociedade tem a ganhar (...)” — “(...) permitem o esclarecimento de dúvidas da população, mas também porque criam uma empatia que depois também pode resultar na pesquisa de informações para a GNR.” — “(...) os Guardas florestais como conhecem bem determinadas pessoas de uma aldeia possibilita-lhes também a recolha de informações pertinentes para a investigação de um crime de incêndio, por exemplo.”
E3	“ (...) é muito importante (...)”	— “(...) já na década de 90 a GNR mostrou alguma sensibilidade para este tipo de policiamento (...)” — “(...) sente as necessidades das pessoas e estas colaboram mais com a instituição.”
E4	“Muito relevante.”	— “O policiamento de proximidade permite uma recolha de informação continuada que poderá ser determinante na prevenção criminal e controlos de ilícitos contraordenacionais.”
E5	“(...) extremamente útil (...)”	— “(...) para a recolha de informações, para que se possa fazer a orientação dos recursos que a GNR dispõe, para as missões que realmente são importantes.”
E6	“ (...) essa estratégia é vital para o sucesso da missão (...)”	— “(...) sempre foi esse o método utilizado pelos Guardas florestais (...)” — “O conhecimento do território e dos atores sociais que operam no espaço rural sempre foram uma mais-valia (...)” — “(...) permite dirigir as ações ao território, aos problemas e aos atores.”
E7	“ (...) elevada importância (...)”	— “(...) capaz de executar preventivamente um policiamento de proximidade em áreas de extrema sensibilidade e risco, como são os insubstituíveis e irreparáveis recursos naturais.” — “(...) a experiência e o conhecimento detalhado das regiões onde desenvolvem a sua atividade, postas ao serviço das entidades com a responsabilidade do combate, evitam destruição de muitos bens patrimoniais.”

		— “(...) contribuindo com o resultado do seu conhecimento e experiências vivenciadas ao longo de décadas, para o planeamento e execução de medidas adequadas e capazes da resolução dos problemas locais diagnosticados. “
E8	“A importância é total (...)”	— “(...) os Gabinetes Técnico Florestais nos darem uma preciosa ajuda na identificação dos proprietários dos terrenos (...)” — “(...) as cartas cadastrais são de 1954, estando totalmente desatualizadas (...)” — “(...) muitas vezes temos de recorrer a ajuda da população.”

Fonte: Autor

3.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10

O objetivo da questão n.º 10 passa por perceber qual o papel e quais os desafios que se apresentam ao pessoal da carreira florestal para o futuro, no sentido de melhorar a sua influência e desempenho.

A carreira de guarda-florestal é aliciante e desafiante, na medida em que terão um papel cada vez mais importante naquilo que é a proteção da natureza e do ambiente, mais especificamente no seio do SEPNA (E1). A problemática que surge mais comumente nas respostas dos entrevistados é claramente a questão dos recursos, principalmente os recursos humanos, neste caso, a falta dos mesmos (E1, E4, E6 e E7), que se revela como um obstáculo ao cumprimento da missão. Um possível aumento do número de Guardas florestais seria indispensável para criar EPF em todos os DTer e assim permitir uma maior dispersão no território nacional, para colmatar as carências principalmente em termos da proteção e prevenção na floresta e na DFCI (E1 e E7).

Ademais, continua a ser essencial a formação contínua dos homens que se encontram no terreno, obtida junto das fontes administrativas (E6), uma vez que os desafios são cada vez mais exigentes face à legislação que vai sendo publicada (E3). O papel futuro dos Guardas florestais passa também pela estabilização da sua carreira pelo poder político, para que a GNR possa ter uma visão de mais longo prazo (E2).

Esta análise foi elaborada com base no Quadro apresentado de seguida.

Quadro 10 — Análise das respostas à questão n.º 10

N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) é aliciante para eles, certamente que é desafiante e vão ter um papel cada vez mais importante (...)”	— “Acho que o papel vai ser potenciado quando conseguirmos criar equipas em todos os DTer (...)” — “A sua disseminação no território vai fazer com que o trabalho dê frutos em termos da proteção e prevenção na floresta e na DFCI.”

IE2	“(...) estabilizar aquilo que é a carreira de guarda-florestal (...)”	<p>— “O papel dos Guardas florestais é importante, vai continuar a ser importante (...)”</p> <p>— “(...) é preciso que o poder político tenha um rumo bem definido (...) esta falta de rumo impede também que a GNR possa ter uma visão de mais longo prazo para o futuro, para aquilo que pretende e para adoção de estratégias.”</p> <p>— “(...) há aqui uma margem também para se trabalhar ao nível da própria carreira profissional destes elementos (...)”</p>
E3	“(...) cada vez mais exigentes (...)”	<p>— “(...) desafios que se avizinham para os Guardas florestais que integram a estrutura do SEPNA (...)”</p> <p>— “(...) cada vez mais exigentes, face à legislação que está a ser publicada.”</p>
E4	“(...) investimento em recursos humanos e meios auto (...)”	<p>— “O investimento em recursos humanos e investimento em meios auto (...)”</p> <p>— “(...) irá permitir uma maior capacidade operacional e em consequência uma melhor prestação do serviço.”</p>
E5	“(...)continuação da sua consolidação no seio da GNR (...)”	<p>— “O pessoal da carreira de guarda-florestal é muito importante para a GNR (...)”</p> <p>— “(...) principais vetores de integração para os futuros 200 novos elementos que irão ser formados ainda este ano.”</p>
E6	“(...) o número de efetivos (...) crescer (...)”	<p>— “(...) é necessário formação continua obtida junto das fontes administrativas que produzem a legislação e decidem os autos de notícia (...)”</p> <p>— “(...) o espaço rural (...) necessita de policiamento e de fiscalização, necessita de pessoal com capacidade técnica que perceba o território, as suas atividades e necessidades e de fiscalização para o cumprimento da legislação em vigor (...)”</p>
E7	“(...) depende do reconhecimento da sociedade civil e instituições (...)”	<p>— “(...) continuamos a tentar resolver os problemas assumidos ao nível da floresta a jusante, com os consequentes prejuízos económicos, sociais e ambientais, quando os mesmos deveriam ser diagnosticados, tratados e resolvidos a montante (...)”</p> <p>— “(...) todos os recursos e segurança de pessoas e bens estariam bem mais acautelados através do contributo de um órgão de polícia criminal dotado de meios humanos e matérias necessários à execução de tão nobre e exigente missão (...)”</p>
E8	“(...) maior investigação de causas de incêndios florestais (...)”	<p>— “(...) deixando de lado, como se fazia antes de 2006, incêndios com menos de 1 ou 2 hectares (...)”</p> <p>— “(...) não concordo com a entrada de mais Guardas florestais na GNR (...)”</p>

Fonte: Autor

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A realização da presente investigação apresenta como principal objetivo compreender a importância do pessoal da carreira de guarda-florestal para o cumprimento da missão atribuída ao SEPNA da GNR. Desta forma, nesta última fase do trabalho, propomo-nos a apresentar as conclusões que decorrem da investigação realizada, através dos dados obtidos no enquadramento teórico e no trabalho de campo, articulando-os de forma a responder às perguntas derivadas e à pergunta de partida.

Relativamente à PD1: “De que forma aconteceu a integração dos Guardas florestais no SEPNA?” conclui-se que o processo de integração aconteceu em 2006 através do DL n.º 22/2006 regulamentado pela Portaria n.º 798/2006, porém estes documentos foram elaborados de uma forma geral, apenas indicando a transferência de competências, de recursos humanos e de recursos materiais do antigo CNGF para a GNR.

Constata-se que a implementação de políticas *top down* é rapidamente exequível, porém, os processos deste tipo apresentam algumas dificuldades inerentes e este não foi exceção. Assim, as dificuldades foram sentidas tanto da parte da GNR como dos próprios elementos da carreira de guarda-florestal que integravam o SEPNA. Desde logo, por parte da GNR, os seus comandantes depararam-se com uma situação nova, à qual não estavam adaptados, o comando de pessoal civil em funções operacionais. Por outro lado, os elementos da carreira de guarda-florestal que integraram os quadros de pessoal civil da GNR, não estavam preparados para integrar uma hierarquia militar e na altura ainda não tinham certezas daquilo que iria ser a sua carreira e de quais as contrapartidas daquela integração.

Com a oportunidade de ouvir diferentes partes intervenientes naquilo que é a carreira de guarda florestal, foi possível concluir que a integração não foi uniforme ao longo de todo o dispositivo da GNR, justificado por alguns pela carência de um maior controlo e monitorização, e que ainda hoje é possível sentir as repercussões desse mesmo facto.

Atendendo à PD2: “Que consequências resultaram desta integração?” conclui-se que ocorreram várias mudanças como consequência da integração dos Guardas florestais no SEPNA da GNR. Desde logo, observa-se que a GNR, mais especificamente o SEPNA, aumentou as suas competências ao nível da proteção da natureza e do ambiente, consequência da atribuição a este serviço das competências que pertenciam ao CNGF. Assim, além das valências da natureza, ambiente e educação ambiental, o SEPNA passou também a abranger a proteção florestal, mais especificamente no que respeita à DFCI.

De forma a dar cumprimento à integração dos efetivos do antigo CNGF, o SEPNA não necessitou de alterar significativamente a sua estrutura, tendo para o efeito criado EPF nos NPA dos DTer que iriam receber Guardas florestais, ficando assim a EPF na dependência do NPA, ao nível das EPNA, EPNAZE e ENMA.

Ao nível do comando algumas alterações se revelaram, uma vez que o estatuto civil dos Guardas florestais leva a que o empenhamento destes em horário superior ao seu horário habitual tenha de ser remunerado e proposto ao escalão superior.

A propósito do pessoal da carreira de guarda-florestal em específico, também ocorreram algumas alterações. Deu-se a consolidação do estatuto dos Guardas florestais enquanto OPC, esta foi uma mudança importante tendo em conta que o pessoal da carreira de guarda-florestal pertence aos quadros da GNR, que se configura como uma força de segurança. Assim, este estatuto não só veio dar relevância do ponto de vista do estatuto como também operacional. Pelo que, atribui a estes elementos a responsabilidade de levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária, e por outro lado, veio reforçar o ânimo das fileiras e contribuir para uma imagem profissional junto da sociedade. Outra mudança prende-se com o facto de passarem a ter um local de apoio, os centros de atividade funcional, onde têm os meios de apoio informático e de onde partem para o seu serviço diário.

Estas mudanças resultaram numa melhoria relevante que se tem vindo a denotar, e proporciona à GNR um aumento da sua capacidade de prevenção, fiscalização, intervenção e investigação em todo o país.

No que concerne à PD3: “Como se caracteriza o serviço desenvolvido pelos Guardas florestais?” conclui-se que o pessoal da carreira de guarda-florestal atua no âmbito da caça, da pesca e da floresta, com especial enfoque na floresta e na DFCI. O DL n.º 247/2015 atribui aos Guardas florestais competência para fiscalizar o cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, investigando os respetivos ilícitos. Sendo que no âmbito florestal, competem-lhes participar na Defesa da Floresta Contra Incêndios, em especial na investigação das causas de incêndios florestais.

O facto de os Guardas florestais pertencerem ao quadro de pessoal civil da GNR, leva a que se observem algumas particularidades relevantes no âmbito do serviço operacional desempenhado pelos mesmos. O serviço desenvolvido pelo pessoal da carreira de guarda-florestal encontra-se enquadrado através do DL n.º 247/2015 e também pela LTFP. Assim, os Guardas florestais regem-se pela LTFP em matérias como direitos e deveres, horário de trabalho, entre outros, que os distingue dos militares da GNR.

A carreira de guarda-florestal caracteriza-se como pluricategorial, isto é, existe uma hierarquia que inclui as categorias de Guarda Florestal, Mestre Florestal e Mestre Florestal Principal, por ordem crescente de hierarquia. Ao nível operacional, o pessoal da carreira de guarda-florestal encontra-se colocado em Destacamentos Territoriais, mais propriamente nas EPF. Não obstante a dependência da EPF ser o DTer, os centros de atividade funcional operacional dos Guardas florestais podem ser a sede do DTer ou a sede do PTer. Assim, a missão atribuída às EPF é a missão atribuída aos Guardas florestais pelo DL n.º 247/2015.

Apesar da importância da proteção da natureza e ambiente no geral, é a DFCI que reúne mais preocupação. Prova disto é o facto de a decisão de abertura de concurso para ingresso de novos Guardas florestais ter surgido na sequência dos incêndios de 2017, fruto também do relatório da Comissão Técnica Independente, que criticou a falta de recursos humanos e técnicos. Assim, o pessoal da carreira de guarda-florestal assume um papel importante na DFCI, sendo estes responsáveis por contribuir para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente, realizar ações de vigilância e de fiscalização e investigar as causas e validar as áreas ardidas dos incêndios florestais. O apuramento das causas dos incêndios permite à GNR acionar medidas e ações preventivas e dissuasoras, nomeadamente através de ações de sensibilização, fiscalização, vigilância e deteção.

O policiamento de proximidade levado a cabo pelos Guardas florestais revela-se como algo fundamental para a prevenção de ilícitos ambientais, mas principalmente naquilo que são os incêndios florestais. Uma vez que permite fazer uma prevenção direcionada para aquilo que são as áreas de risco. Neste sentido, destacam-se as ações de sensibilização realizadas pelo SEPNA, estas destinam-se à população em geral, com o objetivo de fomentar e desenvolver uma cultura preventiva, evitando comportamentos de risco e a adoção de medidas de autoproteção.

Por último, respondemos à PP: “Qual a importância das funções desenvolvidas pelos Guardas florestais no SEPNA?” A presença do pessoal da carreira de guarda-florestal na GNR apresenta várias vantagens para o cumprimento da missão do SEPNA, motivo pelo qual se conclui que as funções desenvolvidas por estes representam uma elevada importância. De salientar as enormes vantagens obtidas através do trabalho em conjunto de Guardas florestais e militares e da partilha de conhecimentos. A principal vantagem da integração dos Guardas florestais no SEPNA foi o aliar do conhecimento técnico dos Guardas florestais à dispersão territorial e capacidade de intervenção da GNR, que resultou numa enorme potenciação de sinergias.

Atualmente, continua a verificar-se a crescente importância atribuída à proteção da natureza e do ambiente, com os incêndios florestais a constituírem a maior ameaça nesta vertente no nosso país. Assim, o trabalho desenvolvido pelo SEPNA tem uma importância absoluta, sendo para isso indispensáveis as ações realizadas pelo pessoal da carreira de guarda-florestal que constituem as EPF, no âmbito da investigação de causas de incêndio, que permitirão uma prevenção cada vez mais direcionada. Assim, parece ser consensual a elevada importância dos Guardas florestais sobretudo no âmbito da DFCI, uma vez que estes são dotados de capacidades e conhecimentos técnicos de reconhecido valor.

Constatamos que a integração dos Guardas florestais no SEPNA revelou-se, no geral, com uma mais valia. Porém foi possível verificar que este processo não aconteceu de forma igual em todo o dispositivo da GNR, fruto também da sua elevada dispersão territorial. Destaca-se, principalmente, a questão do efetivo de elementos da carreira de guarda-florestal se revelar bastante precário para aquilo que são as suas competências, resultado natural dos anos entre 2006 e 2019 nos quais não ocorreu qualquer ingresso na carreira de guarda-florestal enquanto que aqueles que estavam na GNR foram saindo para a situação de reforma. Resultando que, atualmente, prestem serviço na estrutura SEPNA 302 elementos da carreira de guarda-florestal, divididos pelas três diferentes categorias, Guarda Florestal, Mestre Florestal e Mestre Florestal Principal. Também foi perceptível ao longo da realização do trabalho de investigação a falta de uma carreira mais aliciante e melhor definida estatutariamente para os Guardas florestais. Assim, continua a existir trabalho a desenvolver de modo a que a ação dos Guardas florestais no SEPNA seja cada vez melhor e mais eficiente na prossecução da missão deste serviço.

Como limitações do trabalho aponta-se a falta de resposta ou disponibilidade por parte dos entrevistados para responder às entrevistas tão prontamente como se pretendia, dificultando a pesquisa de informação e retardando a execução do trabalho em alguns casos. De realçar ainda a reduzida documentação existente sobre a realidade dos Guardas florestais em Portugal.

Quanto a recomendações para futuras linhas de investigação, propõe-se um estudo comparativo entre GNR e a congénere *Arma dei Carabinieri*, que à semelhança da GNR também integrou os Guardas florestais nos seus quadros. Pelo que seria relevante compreender aquilo que está a ser feito de igual e diferente por parte das duas instituições, de forma a contribuir para a melhoria da carreira de guarda-florestal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos científicos e relatórios

- Amado, J. (2010). O SEPNA e a Proteção da Natureza. Acedido a 7 de março de 2019 em <http://www.planetazul.pt/edicoes1/planetazul/desenvArtigo.aspx?c=2252&a=19136&r=37>
- Antunes, P. (1997). *Evolução do Direito e da Política do Ambiente Internacional, Comunitário e Nacional*. Acedido em 14 de março de 2019 em http://www.ipv.pt/millennium/ect7_pba.htm
- Bachmann, A. & Allgöwer, B. (1999). The need for a consistent wildfire risk terminology. In *Proceedings from the Joint Fire Science Conference and Workshop*. Boise, Idaho.
- Barreira, A. (2018) El derecho a un medio ambiente sano: tema pendiente. *Tiempo de Paz*, (129), 36-42.
- Blue Ribbon Panel [BRP] (2008). The Blue Ribbon Panel Report on Wildland Urban Interface. Washington DC: International Code Council.
- Butler, C. (1974) The urban/wildland fire interface. In *Spring Meeting of the Western States Combustion Institute*. (pp. 1-17). Washington.
- Caeiro, V. & Santos, V. (2018). SEPNA: Um Desafio em Constante Evolução. *Revista da Guarda Nacional Republicana*. 18, 31-61.
- Cardoso, J. (2015). O Ambiente, a Polícia do Ambiente e a Investigação Criminal do Ambiente. *Cedis Working Papers*. n.º 12.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008) *Metodologia da investigação: Guia para Auto-Aprendizagem* (2.ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Delgado, J. (2017). Entrevista ao Tenente-Coronel Joaquim Delgado. Acedido a 7 de março de 2019 em <http://www.industriaeambiente.pt/noticias/entrevista-joaquim-delgado/>
- Duarte, J. (2005). Os fogos florestais em Portugal: o planeamento do espaço na interface urbano-florestal e a segurança das populações. Atas do X Colóquio Ibérico de Geografia. Universidade de Évora, Évora.
- Dunlap, R. & Jorgenson, A., (2012). Environmental problems. In *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization*. Blackwell Publishing Ltd, Reino Unido.
- Faugères, L. (1990). La dimension des faits et la théorie du risque. In *Le risque et la Crise* (pp.31-60). Malta: Foundation for International Studies.

- Fernandes, E. (2013). *O papel do SEPNA na gestão e encaminhamento de resíduos*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares, Especialidade Segurança. Academia Militar, Lisboa.
- Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. Loures, Lusociência
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica* (4.^a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gonçalves, P. (2014). *Fundamentos para a Participação da GNR no Combate de Primeira Intervenção em Incêndios Florestais: Vocação, Contradição ou Substituição*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto de Estudos Superiores Militares, Pedrouços.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Príncípa.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] (2014). Análise das causas dos incêndios florestais - 2003 – 2013. Acedido a 14 de março de 2019 em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/relat-causa-incendios-2003-2013>
- Lourenço, L. (1996). Risco de Incêndio, In *Encontro Pedagógico sobre Fogos Florestais* (pp.56-61) ASEPIF.
- Lourenço, L. (2016). Índices de Risco de Incêndio Florestal e sua Aplicação. *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*. 147-162.
- Macedo, F & Sardinha, A. (1987). Fogos Florestais. In *Publicações Ciência e Vida*. Lisboa.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (1972). *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*. Estocolmo: Organização das Nações Unidas
- Pereira, J. & Santos, M., (2003). *Áreas Queimadas e Risco de Incêndio em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas.
- Pinho, J. (2018). Evolução histórica dos organismos no âmbito da administração pública florestal (1824-2012). *Cadernos de Análise e Prospetiva Cultivar*. (11), 81-94.
- Pinto, A. (2017) *A relação entre Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal*. Dissertação de Mestrado. Área de Especialização em Ciências Jurídico – Forenses. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4.^a ed.). Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.
- Rebelo, F. (1994). Risco e Crise. Grande Incêndios Florestais. In *Atas do II Encontro Pedagógico sobre Risco Florestal* (pp.19-32). Coimbra.

- Ribeiro, A. (2011). A revisão da Lei de Bases do Ambiente - Algumas notas sobre a vertente sancionatória. Acedido a 8 de março de 2019 em https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/ebook_leidebases_completoisbn.pdf
- Ribeiro, L. (2016). *Os Incêndios na Interface Urbano-Florestal em Portugal: Uma Análise de Diagnóstico*. Tese de Mestrado, Mestrado em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Santos, J. (2009). *As Causas dos Incêndios Florestais – Factores que Potenciam a Indeterminação*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares, Especialidade Segurança. Academia Militar, Lisboa.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. (1.ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada.
- Silva, J, Deus, E. & Saldanha, L. (2008). *Incêndios Florestais – 5 anos após 2003*. Coimbra: Liga para a Proteção da natureza para a Autoridade Florestal Nacional.
- Tedim, F. & Carvalho, S. (2013). A vulnerabilidade aos incêndios florestais: reflexões em torno de aspetos conceptuais e metodológicos. *Territorium: Revista Portuguesa de riscos, prevenção e segurança*, (20), 85–99.
- Teixeira, N. (2001). *Contributos para a Política de Segurança Interna-Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Valente, M. (2013). A Segurança (interna) na Constituição da República Portuguesa de 1976. *Revista Eletrônica AD Judicia*, 1.
- Verde, J. & Zêzere, J. (2017). *Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal*. Acedido em 18 de março de 2019 em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/inc/cartografia>
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Legislação e outros documentos oficiais

- Academia Militar [AM] (2016). NEP 522/1.ª: Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.
- Assembleia da República [AR] (2014a) Lei n.º 19/2014, de 14 abril: Lei de Bases do Ambiente. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 73, 2400-2404.
- Assembleia da República [AR] (2014b) Lei n.º 35/2014 de 20 de junho: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 117, 3220-3304.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2009). Despacho n.º 53/09-OG, de 30 de dezembro: Comandos Territoriais. *Ordem à Guarda*, 1ª série, n.º 5, 125-146.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2011). Norma de Execução Permanente n.º 1 do CO/DSEPNA de 1 de dezembro.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2016) Despacho n.º 10465/2016, de 22 de agosto: Regulamento de Horário de Trabalho do Pessoal da Carreira de Guarda-Florestal do quadro de pessoal civil da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 2ª Série, n.º 160, 26240-26240.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2019) Aviso n.º 3055/2019, de 26 de fevereiro. *Diário da República*, 2ª Série, n.º 40, 6246-26252.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2006a). Decreto-lei n.º 22/2006, de 22 de fevereiro. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 24, 785 – 787.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2006b). Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho: Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 123, 4586 – 4599.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2006c). Portaria n.º 798/2006, de 11 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 155, 5787 – 5789.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2007). Lei n.º 62/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 213, 8043 – 8051.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2008). Decreto regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 231, 8540 – 8546.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2010). Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 2ª Série, n.º 119, 33856 – 33891.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2015a). Portaria n.º 67/2015, de 9 de setembro: Regulamento de Uniformes do Pessoal da Carreira Florestal. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 47, 1466 – 1479.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2015b). Decreto-lei n.º 247/2015, de 23 de outubro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 208, 9199 – 9207.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1998). Decreto-lei n.º 111/98, de 24 de abril. *Diário da República*, 1ª Série-A, n.º 96, 1852 – 1854.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (1998). Decreto-lei n.º 142/1990, de 4 de maio. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 102, 2100 – 2103.

Ministério da Justiça [MJ] (1987). Decreto-Lei n.º 78/1987, de 17 de fevereiro: Código de Processo Penal. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 40.

Presidência do Conselho de Ministros (2017) Resolução de Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro. *Diário da república*, 1ª Série, n.º 208, 5818(2)-5818(5).

Presidência do Conselho de Ministros (2018a) Resolução de Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro. *Diário da república*, 1ª Série, n.º 27, 5818-5818.

Presidência do Conselho de Ministros (2018b). Decreto-lei n.º 114/2018, de 18 de dezembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 243, 5837 – 5841.

APÊNDICES

APÊNDICE A — MODELO DE ANÁLISE DA INVESTIGAÇÃO

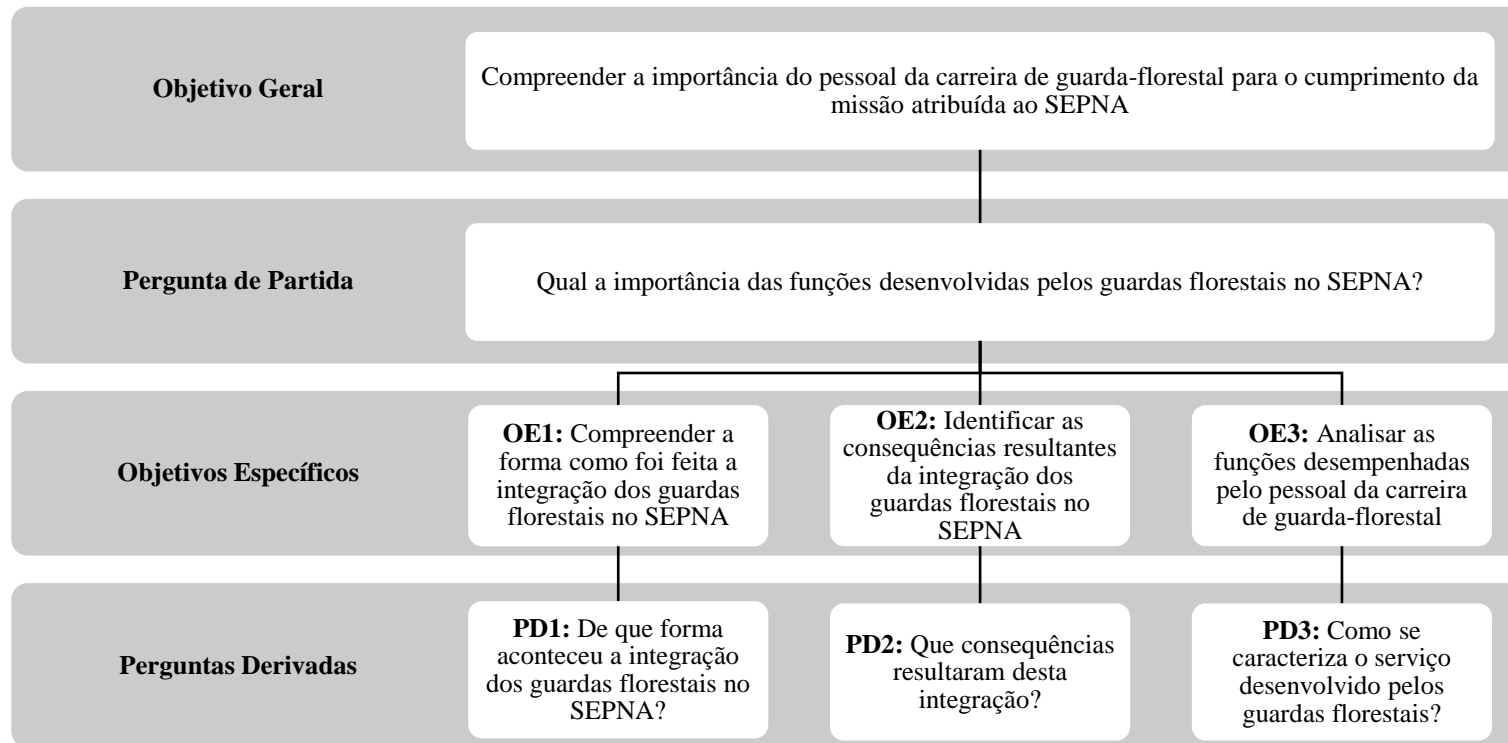


Figura 3 — Modelo de Análise da Investigação

Fonte: Autor

APÊNDICE B — QUADRO DE RELAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Quadro 11 — Quadro de relação para a elaboração das entrevistas

Objetivos	Questões	Questões de Entrevista
Geral: Compreender a importância do pessoal da carreira de guarda-florestal para o cumprimento da missão atribuída ao SEPNA da GNR	PP: Qual a importância das funções desenvolvidas pelos Guardas florestais no SEPNA?	
Específico (1): Compreender a forma como foi feita a integração dos Guardas florestais no SEPNA.	PD1: De que forma aconteceu a integração dos Guardas florestais no SEPNA?	1. É seu entendimento que a área coberta pela atividade desenvolvida pelo pessoal da carreira florestal antes e depois de integrarem o SEPNA se manteve? Considera adequada face à dimensão do território nacional?
		2. Na sua opinião, como decorreu o processo de integração no SEPNA? Qual foi a grande razão para a integração dos Guardas florestais no SEPNA/GNR?
		3. Quais as principais mudanças que ocorreram face a esta integração?
Específico (2): Identificar as consequências resultantes da integração dos Guardas florestais no SEPNA.	PD2: Que consequências resultaram desta integração?	4. Considera que a referida integração contribuiu para uma maior prevenção de ilícitos ambientais, concretamente no âmbito da caça, pesca e floresta?
		5. Qual considera ser o sentimento da sociedade face aos Guardas florestais no SEPNA?
		6. A consolidação do estatuto de órgão de polícia criminal atribuído ao pessoal da carreira florestal revela-se de especial importância ao nível estatutário e operacional?
		7. A quantidade de Guardas florestais e seus meios materiais é adequada ao cumprimento da missão?
Específico (3): Analisar as funções desempenhadas pelo pessoal da carreira de guarda-florestal.	PD3: Como se caracteriza o serviço desenvolvido pelos Guardas florestais?	8. O trabalho desenvolvido ao nível da prevenção operacional (sensibilização e fiscalização), da validação, da medição de área ardida e investigação de incêndios é adequado para os Guardas florestais?
		9. Qual a importância que atribui ao policiamento de proximidade de forma a obter um profundo conhecimento do terreno e das populações, como variáveis conducentes à prevenção especialmente direcionada para áreas de risco?
		10. Qual a sua opinião quanto ao papel/ desafios que se apresentam ao pessoal da carreira florestal para o futuro, de forma a que tenham uma cada vez maior e melhor prestação de serviço?

Fonte: Autor

APÊNDICE C — CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Tabela 3 — Caracterização dos entrevistados

N.º	Identificação		Nome	Dia	Hora
	Posto	Função			
E1	TCor	DSEPNA	Jorge Amado	14 de março	15h00m
E2	Major	DSEPNA	Ricardo Alves	14 de março	15h30m
E3	SAj	DSEPNA	Domingos Vaz	10 de abril	14h30m
E4	TCor	SEPNA CTer Santarém	Pedro Reis	25 de março	12h00m
E5	Major	SEPNA CTer Lisboa	Fernando Alves	18 de abril	15h00
E6	MFP	SEPNA	Elmano Silva	17 de março	17h00m
E7	MFP	SEPNA	Carlos Gama	17 de abril	17h00m
E8	MF	SEPNA	Vítor Andrade	09 de abril	18h00m

Fonte: Autor

APÊNDICE D — CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

A Importância dos Guardas Florestais no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Diogo Filipe Mineiro Ferreira

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Joaquim Delgado

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, maio de 2019

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, é elaborado o presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “A importância dos Guardas Florestais no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente”.

O presente relatório tem como objetivo principal compreender a importância das funções desempenhadas pelo pessoal da carreira de guarda-florestal, integrado no Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana, para o cumprimento da missão atribuída a este Serviço.

Neste sentido, surge a necessidade de realizar diversas entrevistas com vista à recolha de informações para a investigação referida. Estas entrevistas devem ser dirigidas a elementos de diferentes instituições com experiência e conhecimento sobre as matérias em causa.

Face ao exposto, vimos por este meio solicitar que V. Ex.^a nos conceda uma entrevista, que terá a duração cerca de 30 minutos, uma vez que o seu contributo é muito relevante para atingir os objetivos propostos na investigação a realizar.

Gratos pela sua colaboração e disponibilidade.

Cordiais cumprimentos,

Diogo Filipe Mineiro Ferreira

Aspirante-aluno de Infantaria da GNR

GUIÃO DE ENTREVISTA

Identificação do Entrevistado:	
Nome:	
Posto:	Função:
Unidade:	
Local:	Data:
Entrevista:	
<p>1. É seu entendimento que a área coberta pela atividade desenvolvida pelo pessoal da carreira florestal antes e depois de integrarem o SEPNA se manteve? Considera adequada face à dimensão do território nacional?</p> <p>2. Na sua opinião, como decorreu o processo de integração no SEPNA? Qual foi a grande razão para a integração dos Guardas florestais no SEPNA/GNR?</p> <p>3. Quais as principais mudanças que ocorreram face a esta integração?</p> <p>4. Considera que a referida integração contribuiu para uma maior prevenção de ilícitos ambientais, concretamente no âmbito da caça, pesca e floresta?</p> <p>5. Qual considera ser o sentimento da sociedade face aos Guardas florestais no SEPNA?</p> <p>6. A consolidação do estatuto de órgão de polícia criminal atribuído ao pessoal da carreira florestal revela-se de especial importância ao nível estatutário e operacional?</p> <p>7. A quantidade de Guardas florestais e seus meios materiais é adequada ao cumprimento da missão?</p> <p>8. O trabalho desenvolvido ao nível da prevenção operacional (sensibilização e fiscalização), da validação, da medição de área ardida e investigação de incêndios é adequado para os Guardas florestais?</p> <p>9. Qual a importância que atribui ao policiamento de proximidade de forma a obter um profundo conhecimento do terreno e das populações, como variáveis conducentes à prevenção especialmente direcionada para áreas de risco?</p> <p>10. Qual a sua opinião quanto ao papel/ desafios que se apresentam ao pessoal da carreira florestal para o futuro, de forma a que tenham uma cada vez maior e melhor prestação de serviço?</p> <p style="text-align: right;">Obrigado pela sua colaboração.</p>	

ANEXOS

ANEXO A — ORGANOGRAMA DA DIREÇÃO DO SEPNA

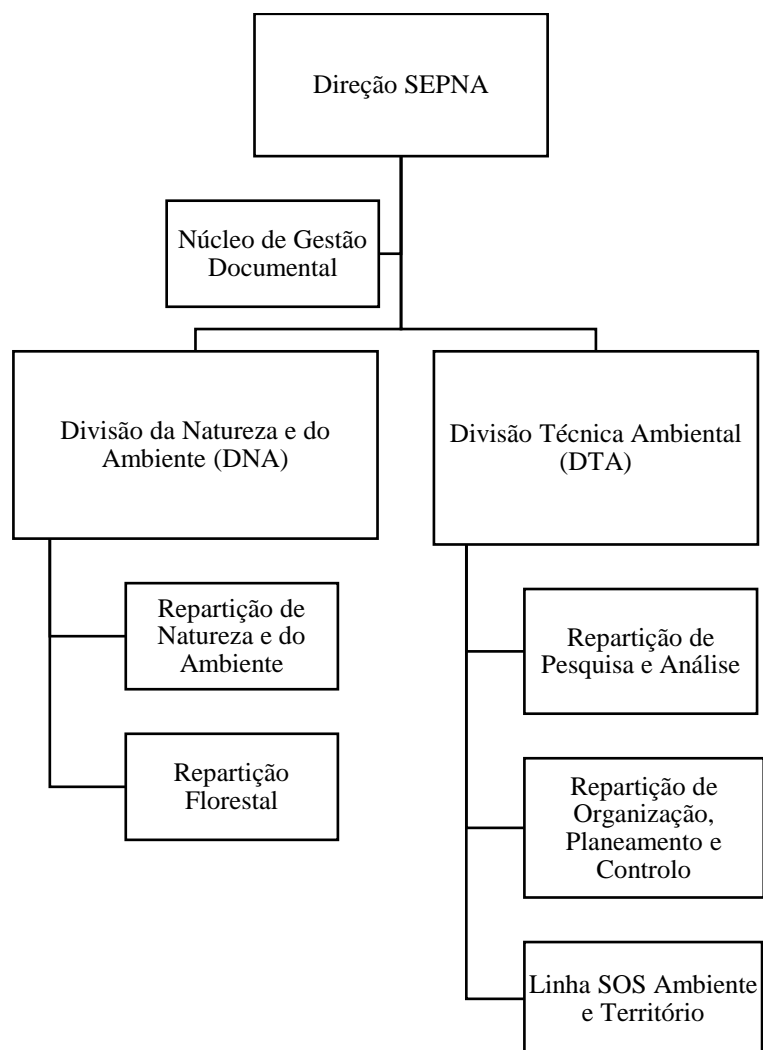


Figura 4 — Organograma da Direção do SEPNA
Fonte: Despacho n.º 488/18-OG

ANEXO B — ORGANOGRAMA DO SEPNA NOS COMANDOS TERRITORIAIS

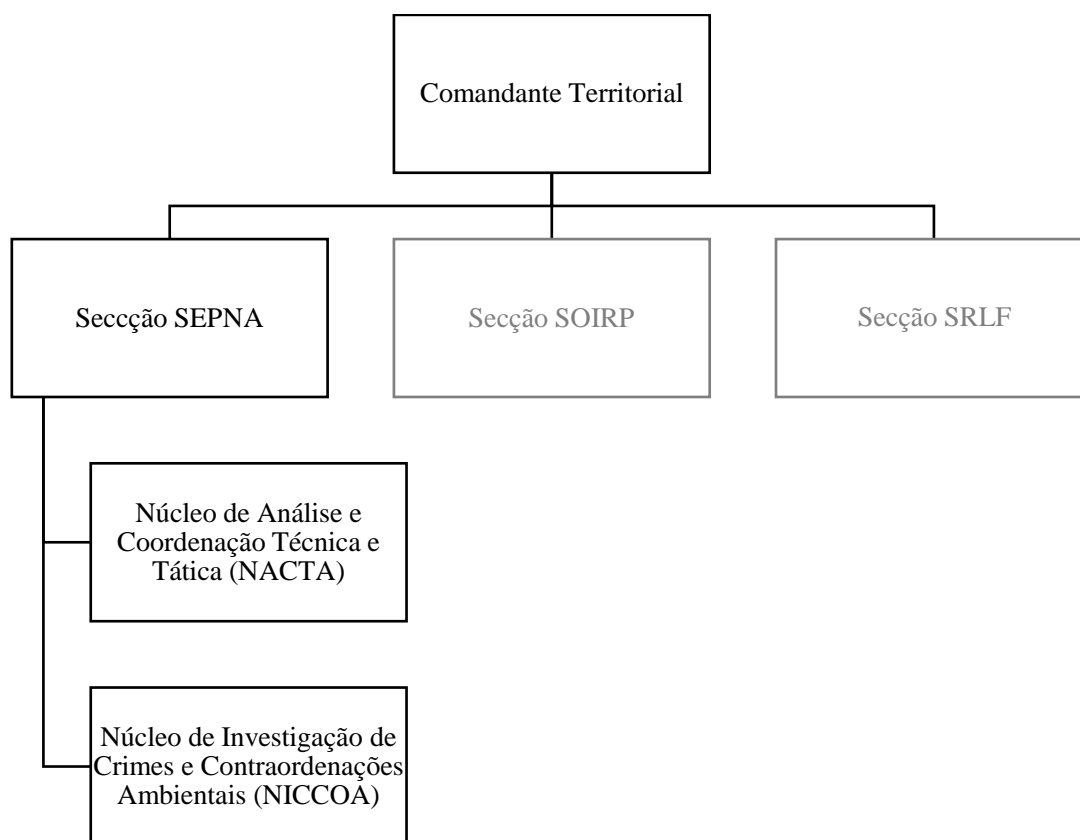


Figura 5 — Organograma do SEPNA nos Comandos Territoriais
Fonte: NEP n.º 01/CO/DSEPNA/2011 de 01DEZ11

ANEXO C — ORGANOGRAMA DOS NPA NOS DESTACAMENTOS TERRITORIAIS

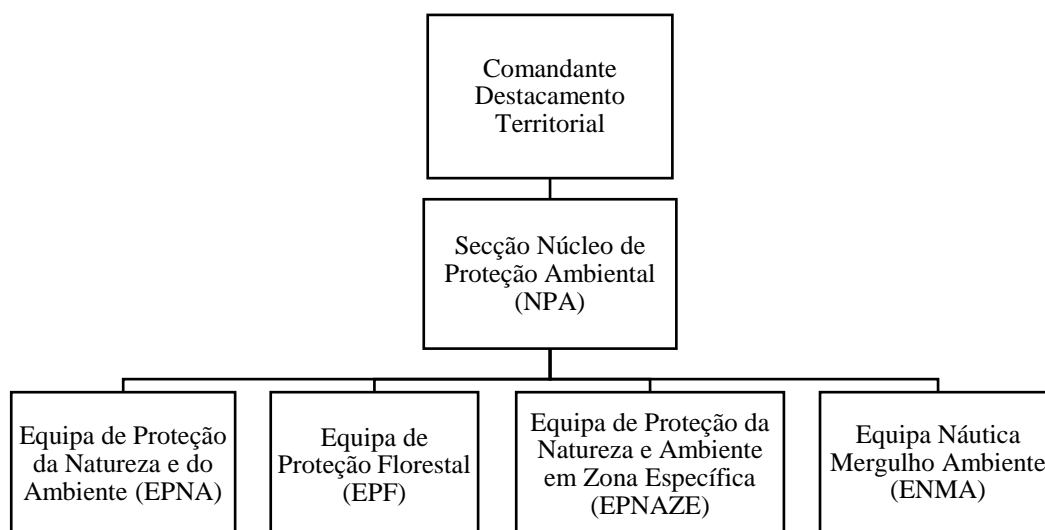


Figura 6 — Organograma dos NPA nos Destacamentos Territoriais
Fonte: NEP n.º 01/CO/DSEPNA/2011 de 01DEZ11

ANEXO D — CARTA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

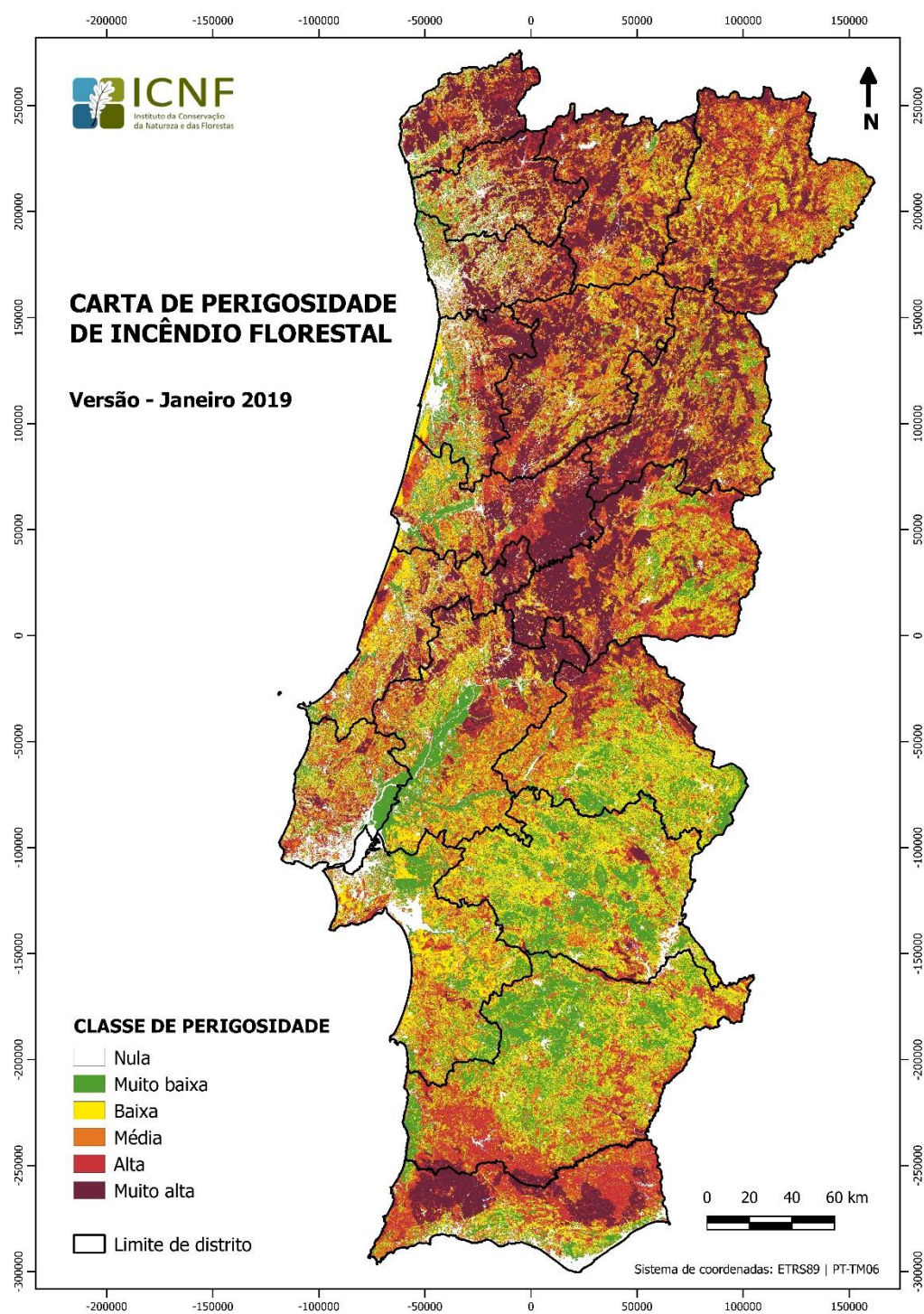


Figura 7 — Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal do ano de 2019
Fonte: ICNF